

Procuradora-geral, Raquel Dodge: 'Lula lesou Petrobrás para manter esquema de cartel e corrupção'

Fábio Rodrigues Pozzebom - ABR



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

'Nefasto esquema ilícito' com 'grau de perversão moral inédito', afirmou

Em resposta a mais um recurso de Lula – o 79º no processo da propina do triplex – a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apontou que “o motivo dos crimes” de Lula foi “a ambição de enriquecimento desmedido e manutenção no poder”. “No entanto”, diz a procuradora, “não se pode desconsiderar que os crimes de corrupção e lavagem de capitais praticados por Luiz Inácio Lula da Silva, sendo parte de um cenário criminoso maior, têm também uma outra motivação: manter o esquema de cartel e corrupção na Petrobrás funcionando”. **Págs. 3 e 8**



Para presidente do TSE Luiz Fux, a inegibilidade de Lula é “chapada”

O ministro Luiz Fux, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que “um político enquadrado na Lei da Ficha Limpa não pode forçar uma situação, se registrando, para se tornar um candidato sub judice”. Luiz Fux resumiu o ponto de vista predominante no TSE: “no nosso modo de ver, o candidato condenado em segunda instância já é inelegível”. **P. 3**

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.655 3 a 7 de Agosto de 2018

IBGE: 774 mil brasileiros perderam a ocupação no segundo trimestre



No segundo trimestre deste ano mais 774 mil pessoas (+1,2%) deixaram de trabalhar ou de procurar emprego, em comparação com os três primeiros meses do ano. Os dados são da Pnad Contínua divulgados nesta terça-feira pelo IBGE. No total, segundo o instituto, já são 65,6 milhões de brasileiros que estão fora da força de trabalho, isto é, cerca de 62% das pessoas com idade para trabalhar. **Pág. 2**

Análises de água confirmam que a Hydro envenenou outros rios no PA

Novo relatório do Instituto Evandro Chagas apontou que a origem do material tóxico que contaminou rios no Pará é a extração de bauxita da multinacional norueguesa Norsk Hydro em Paragominas, a 244 quilômetros de Barcarena, local dos primeiros vazamentos. **Pág. 4**

Fracassei na área produtiva, admite Nicolás Maduro

“Fracassamos em todos os modelos produtivos que tentamos até agora e a responsabilidade é nossa, minha, tua”, disse Maduro no IV Congresso do PSUV, que foi interrompido pelo apagão que atingiu Caracas. **P. 6**

Lacerda reage a golpe do PT que o rifou para ajudar Alckmin
Acordo para neutralizar PSB derrubou candidatura em Minas. **Pág. 3**

Juro alto garante lucro fácil de bancos e faz Itaú dobrar de tamanho a cada 5 anos

O banco Itaú obteve um lucro líquido de R\$ 12,524 bilhões no primeiro semestre deste ano, uma alta de 3,8% frente ao mesmo período de 2017. Com isso, a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 22%, o que significa que o banco dobra o seu patrimônio em menos e cinco anos. No período, os três maiores bancos privados já lucraram R\$ 28,885 bilhões. **Página 2**

Mediterrâneo: chega a 1500 os imigrantes mortos no ano

A ONU denunciou, ainda, que, na rota mais letal usada pelos refugiados africanos, a da Líbia até a Itália, morre na travessia 1 imigrante em cada 19. **Página 7**

HP NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br

65 milhões não têm emprego ou desistiram de procurar, diz IBGE



Índice desmente falta recuperação
Faturamento da indústria cai -2,7% no primeiro trimestre

O faturamento da indústria apresentou uma queda de -2,7%, no acumulado do 2º trimestre de 2018, em comparação com o trimestre anterior, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A entidade apresentou dados do faturamento mensal de junho apontando uma alta de 26,4% sobre o mês anterior, maio, quando ocorreu a greve de caminhoneiros que paralisou o país por 11 dias. No entanto, a "recuperação" não se confirma quando vemos os índices dos últimos meses. Os dados, somados a outros indicadores, como os do emprego, juros, e investimento, apenas desmentem a "recuperação da economia" propagada pelo governo.

De acordo com a própria CNI, "esse resultado excepcional é explicado pelo fim do represetamento de embarques, que concentraram em junho embarques que deveriam ter sido realizados em maio. Mesmo com a recuperação, o resultado do trimestre foi mais fraco que o trimestre anterior. Ao se comparar o faturamento acumulado do 2º trimestre com o do 1º trimestre de 2018, registra-se queda de 2,7%", afirma.

O que ocorre é que faturamento da indústria vem se rastejando nos últimos meses: saiu de uma queda de -0,19%, em dezembro de 2017, para variar positivamente próximo de zero em janeiro e fevereiro (0,9% e 0,8% respectivamente). Registrou queda em março (-1,6%), apresentou leve alta de 1,7% no mês de abril, e no mês de maio desabou em -16,7%.

Ao mesmo tempo caem também o emprego e a massa salarial. O emprego industrial recuou -0,2% em junho frente ao mês anterior, na série dessazonalizada. Foi o segundo recuo mensal consecutivo do índice.

Já a massa salarial dos trabalhadores da indústria apresentou queda -0,8% em junho, esta é a quarta queda consecutiva do índice, que acumula recuo de -2,3% no período. Se comparado junho deste ano com o mesmo período do ano passado, a queda é de -4,3%. Na comparação entre os primeiros semestres de 2018 e 2017, os salários dos trabalhadores de indústria recuaram de -0,6%.



A "queda do desemprego" apresentada no balanço do Instituto tem como base o subemprego e a informalidade generalizada



Na contramão do país, setor financeiro segue com lucros absurdos

Itaú lucra R\$ 12,8 bilhões em 6 meses

Sem produzir um único bem, o Itaú Unibanco lucrou R\$ 12,8 bilhões do primeiro semestre de 2018. Sim, trata-se do mesmo período em que os resultados para o conjunto da economia foram nada mais que desastrosos, reforçando que a recessão chega a cada dia. Apenas os bancos continuam muito bem, obrigada.

O Itaú foi o terceiro das maiores instituições financeiras privadas a divulgar seus resultados no segundo trimestre. Na comparação com o mesmo segundo trimestre do ano passado, o banco teve ganhos 3,5% superior, alcançando R\$ 6,38 bilhões. Na comparação semestral, o patrimônio da família Setubal cresceu 3,7%. Importante ressaltar que ambos resultados representam o lucro líquido da instituição - ou seja, quando as despesas já foram descontadas. O Itaú já é o maior banco do país. A sua rentabilidade recorrente anualizada sobre o patrimônio líquido foi de 22%, o que faz o banco dobrar de

tamanho a cada 5 anos.

Se esse lucro astronômico já é um disparate para qualquer trabalhador que viu sua renda diminuir no período e, também, para qualquer empresa produtiva, que vê as suas dificuldades aumentarem a cada dia, a soma do que os três maiores bancos privados já lucrou no ano é mais que um absurdo. Considerando o lucro do Itaú somado ao do Bradesco (R\$ 10,263 bilhões) e do espanhol Santander (R\$ 5,791 bilhões), o número chega a R\$ 28,885 bilhões.

Apoiado pelo Banco Central (BC) e pelo governo federal que estipulam e permitem a prática de uma das maiores taxas básica de juros do mundo (enquanto em boa parte do mundo essa taxa é negativa), as instituições financeiras são as únicas que continuam lucrando com a recessão.

Aproveitando a crise do setor produtivo, os bancos têm explorado o crédito "de maior rentabilidade" que é para pessoa física, conforme informou as três

instituições. Essa modalidade se tornou mais rentável primeiro porque as pessoas têm recorrido aos empréstimos, ao cheque especial e ao cartão de crédito para despesas cada vez mais corriqueiras - também por conta da crise. Segundo porque essas operações de crédito têm as maiores taxas de juros (em média de 300% ao ano), fazendo com que os bancos garantam seus lucros através de uma atividade que cada vez mais se assemelha à agiotagem.

Segundo dados do Banco Central, no período, os empréstimos para pessoas físicas aumentaram 8,7% - com destaque para 17,2% nos cartões de crédito e de 9,6% para o crédito pessoal (para onde também são direcionadas pessoas que estouram limites de endividamento).

Em nota, o Itaú informou que "apesar da redução de crescimento econômico, a demanda por crédito continua saudável". Para a população, esse comportamento "saudável" representa cada vez mais endividamento.

Índice de pessoas fora da força de trabalho atingiu um nível recorde, chegando a 62%

Os números da Pnad Continua divulgados na terça-feira (31/07) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) resumem bem o tamanho do crime cometido com a adoção da política neoliberal na administração petista, exacerbada pelo vice Michel Temer, que assumiu a seguir. De abril a junho, o contingente de pessoas fora da força de trabalho, pessoas que não trabalham ou desistiram de procurar emprego, atingiu o nível recorde, e absurdo, de 65,6 milhões de brasileiros, isto é, cerca de 62% das pessoas com idade para trabalhar.

As pessoas fora da força de trabalho são as que têm idade para trabalhar, mas, por alguma razão, não procuram emprego. Conforme o IBGE, esse é o nível mais alto desde 2012, início da série histórica. Atualmente, a força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) é de 104,2 milhões.

Pelos dados do instituto, aumentou em 774 mil pessoas (1,2%) o número de pessoas fora da força de trabalho no trimestre de abril a junho frente ao trimestre de janeiro a março e houve alta de 1,2 milhão de pessoas (1,9%) na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

Com a diminuição de procura por vaga, a taxa de desemprego ("taxa de desocupação") registrada pelo IBGE no trimestre abril/junho ficou em 12,4%, uma ligeira queda em relação ao trimestre janeiro/março (13,1%). Mesmo assim, ainda na casa dos 13 milhões de desempregados, conforme a Pnad Continua.

E bom registrar que essa pequena variação na taxa de desemprego se deveu pelo insano número de pessoas fora do mercado de trabalho e pelo emprego informal, precário, isto é, bicos em geral.

"A taxa de desemprego está menor, mas isso embute dois problemas: a subutilização ou a precariedade por conta da

informalidade do trabalho. E na informalidade estão o comércio ambulante, o transporte por aplicativo, até mesmo na indústria, de confecção, por exemplo, e na construção civil, com pequenas obras. Isso significa que são muitas pessoas sem proteção social, sem contribuir para a Previdência", afirmou o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

No segundo trimestre, o número de emprego informal (sem carteira de trabalho assinada) cresceu 2,6% (+276 mil pessoas) e 3,5% em 12 meses (+367 mil pessoas).

Já o número de trabalhadores com carteira assinada recuou -0,2% em três meses e diminuiu -1,5% em um ano (-497 mil pessoas), para 32,8 milhões de pessoas.

Segundo o IBGE, 40,6% dos ocupados, cerca de 37 milhões, são trabalhadores informais ou estão próximos da informalidade - empregados sem carteira, domésticos sem carteira, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e empregos domésticos auxiliares.

O rendimento médio foi estimado em R\$ 2.198 no trimestre de abril/junho, quase que o mesmo arrocho registrado no trimestre anterior (R\$ 2.192). De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em junho, o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 3.804,06.

Os números do IBGE sobre o emprego - ou melhor, sobre o desemprego, subemprego e desalento - são a demonstração cabal que para o país sair do atoleiro em que se encontra é preciso mudar a política econômica de juros estratosféricos, corte de investimentos públicos e desnacionalização.

Não é à toa que as estimativas mais otimistas para a economia brasileira são de crescimento de no máximo 1,5% para este ano.

VALDO ALBUQUERQUE



MP prorrogaria redução até 31 de dezembro

Padilha diz que mesmo com MP, redução do diesel não é garantida

Temer assinou, na terça-feira (31/07), a Medida Provisória 847/2018 que estabelece a aplicação do desconto de R\$ 0,46 no litro de óleo diesel de agosto até o final do ano. O desconto, que ainda não foi plenamente aplicado ao consumidor, foi a condição para que a greve dos caminhoneiros, que estourou em maio, chegasse ao fim.

Ainda assim, nem mesmo com a prorrogação da MP, a redução dos preços está garantida pois, segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, novos aumentos poderão ocorrer no próximo período.

"O compromisso que o governo tinha com os caminhoneiros era manter o desconto de R\$ 0,46 até 31 de dezembro de 2018. Portanto, vencido o primeiro período em que haverá revisão do preço, variações podem ser positivas ou negativas, e aí teremos o novo preço", declarou Padilha.

Com isso, os preços dos combustíveis fora de contro-

le, atrelados à especulação internacional, nos próximos meses, ninguém sabe quais serão.

Os preços alucinados dos combustíveis, somados aos da energia elétrica, juros altos, cortes nos investimentos, arrocho na renda e desemprego recorde, colocaram e vão colocar lenha na crise econômica, iniciada em meados de 2014, agravando a recessão que já dura há quatro anos.

A nova MP restringe o desconto à comercialização de óleo diesel "rodoviário". A MP anterior deixou em aberto o benefício, que acabou indo para o transporte marítimo.

O desatino da política de preços imposta à Petrobrás, ao invés de preços baseados nos custos de produção da empresa, fez com que a redução no diesel - que segundo a própria ANP, na bomba, chegou a R\$ 0,41 - esteja sendo bancada com escassos recursos de áreas, já depauperadas, como a saúde.

PGR recorre da decisão de Gilmar, Toffoli e Lewandowski que soltou José Dirceu

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou, na segunda-feira (30), recurso contra decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder liberdade provisória plena ao ex-ministro José Dirceu (PT).

O petista foi condenado a 30 anos e nove meses de prisão por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O processo teve origem na investigação, pela Operação Lava Jato, de irregularidades na Diretoria de Serviços da Petrobrás. O Ministério Público Federal (MPF) apontou 129 atos de corrupção ativa e 31 atos de corrupção passiva, entre os anos de 2004 e 2011.

Ele já havia começado a cumprir a pena. Porém, em junho, a Segunda Turma do STF decidiu suspender o início do cumprimento de pena imposta pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que o

relator de um habeas corpus apresentado pela defesa, ministro Edson Fachin, devolveu seu pedido de vista sobre o mérito do caso.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, sustenta que a decisão da Turma contém "vícios" e que a defesa de Dirceu utilizou meios processualmente inadequados para conseguir a liberdade, sem que a PGR tivesse sido intimada a se manifestar.

"Ocorre que esta decisão judicial acolheu a Petição apresentada pela defesa de José Dirceu de modo atípico, em supressão de instâncias, com fuga ao objeto da Reclamação e violação à competência jurisdicional (como será demonstrado posteriormente)", sem, todavia, ouvir-se previamente o MPF, apesar, repita-se, do seu nítido interesse no caso e da sua relevância social", disse. A decisão

de soltar Dirceu, pelos três da Segunda Turma, foi tomada de ofício, isto é, sem a defesa do petista pedir em seu recurso.

Dodge afirmou que a suspensão de uma condenação só pode ocorrer no STF caso já tenha sido admitida no tribunal de origem, o que não ocorreu no caso. "A avaliação é de que a peça, de apenas oito páginas, possui elementos frágeis, como a argumentação de que o crime de corrupção passiva estaria prescrito", apontou.

Segundo a procuradora, a decisão da Segunda Turma gera "descrença no devido processo legal" e "insegurança jurídica". "É que, ao se permitir que decretos prisionais de 1º e 2º grau sejam revistos diretamente por decisão da última instância do Poder Judiciário, como ocorreu neste caso, [...] cria-se o senso de descrença no devido processo legal", argumentou.

Fecomercio: empresas reduzem intenção de investir e contratar

De acordo com dados divulgados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), em julho, a intenção das empresas em investir caiu -2,1%.

O dado é resultado do Índice de Expansão do Comércio (IEC), calculado mensalmente pela Federação. Os resultados apontaram também queda de 6,1% nas expectativas

de novas contratações.

Segundo a entidade, os resultados do mês de julho não dão indícios de retomada no curto prazo. "Os indicadores do primeiro semestre ficaram abaixo do desejável e esperado, portanto, antes das eleições 2018, o cenário não deve se modificar radicalmente. As mudanças só devem vir, de fato, a partir do próximo ano", destacou a Federação.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do

Instituto Nacional de

Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, 300 - Boa Vista - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Goulart, candidato do PPL a presidente João Goulart Filho: 'estão fatiando a Petrobrás para entregá-la às multinacionais'

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), denunciou o processo de desmonte da Petrobrás e afirmou que o país terá que reaver os campos de petróleo que estão sendo criminosamente entregues às multinacionais. As declarações do presidencialista foram feitas na última segunda-feira (30), em ato realizado no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, por iniciativa da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

A entidade dos engenheiros da estatal convidou pré-candidatos para discutir suas propostas em defesa da Petrobrás. João Goulart Filho não só prestigiou o encontro da Aepet, como se comprometeu com todos os pontos levantados pelos funcionários da empresa. "Nós não concordamos com a política de desinvestimento que está fatiando a Petrobrás para entregá-la aos grupos internacionais", disse Goulart.

Ele lembrou que a Petrobrás foi uma conquista de Getúlio Vargas e do trabalho e que foi fundamental para o desenvolvimento do país. "Tanto a Petrobrás de Getúlio quanto a Eletrobrás, que foi viabilizada no governo de Jango, e que agora estão querendo entregar, foram decisivas para o processo de industrialização e desenvolvimento do país", observou. "Com isto, o povo brasileiro conquistou o direito de decidir sobre seu destino, sua economia e sua independência", acrescentou o pré-candidato do PPL.

O presidencialista criticou a política de preços da Petrobrás e observou que "uma das motivações para a derrubada de Jango foi a assinatura do decreto de outorga do monopólio para a Petrobrás, não somente para a extração, mas também para o refino". "Se não for para refinar aqui para que servem as nossas refinarias", indagou o candidato, ao criticar a importação de derivados. Em seu discurso, João Goulart destacou que "o governo não só está entregando as riquezas do país, como está destruindo também os direitos sociais e trabalhistas tão caros ao nacionalismo brasileiro". "Vamos rever toda essa legislação anti-povo que está em curso no Brasil", afirmou.

Estiveram presentes ao evento, ex-diretores da Petrobrás, dirigentes do Clube de Engenharia, da Aepet, lideranças dos petroleiros, sindicalistas, líderes políticos e pré-candidatos a deputado e ao Senado. Todos defenderam o documento em prol da Petrobrás e condenaram a privatização dos campos do pré-sal, iniciada com a entrega do Campo de Libra e, agora, continuada com os leilões das áreas de cessão onerosa, pertencentes à Petrobrás.

Raquel Dodge: 'Lula frustrou as expectativas dos brasileiros'



Uma das muitas provas documentais do processo: Foto de Lula com Leo Pinheiro, da empreiteira OAS, em visita ao triplex de Guarujá (SP)

Candidato condenado em segunda instância já é inelegível, afirma Fux, presidente do TSE

O ministro Luiz Fux, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou, na terça-feira (31), em evento ocorrido numa escola de Salvador, que "um político enquadrado na Lei da Ficha Limpa não pode forçar uma situação, se registrando, para se tornar um candidato sub judice". O ministro fez questão de diferenciar candidatos "sub judice" de candidatos "inelegíveis", ao dizer que, no segundo caso, a inelegibilidade ocorreria após uma condenação em segunda instância, conforme estabelece a Lei da Ficha Limpa.

"Não haveria dúvida jurídica sobre a impossibilidade da pessoa nessas condições (condenado em segunda instância) poder concorrer nas eleições", enfatizou. Para Fux, "já o candidato sub judice é aquele que tem a sua elegibilidade ainda sujeita à apreciação da Justiça", explicou. Apesar de ter sido perguntado sobre a situação de Lula, que está preso e condenado a 12 anos e um mês por corrupção e lavagem de dinheiro, Fux não citou o nome do petista e frisou que não falava sobre casos concretos.

A opinião do presidente do TSE é acompanhada por outros integrantes do

tribunal, que, inclusive, defendem a ideia de negar "de ofício" (sem esperar a apresentação de um pedido de impugnação). O também ministro do TSE, Admar Gonzaga, concorda com essa possibilidade e já afirmou publicamente que o juiz pode rejeitar o registro de ofício com base na legislação vigente.

Luiz Fux resumiu o ponto de vista predominante no TSE: "no nosso modo de ver, o candidato condenado em segunda instância já é inelegível. E um candidato cuja situação jurídica já está definida. Não pode concorrer um candidato que não pode ser eleito", enfatizou.

Fachin defende que STF julgue logo caso de Lula

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da Lava Jato no tribunal, defendeu na quarta-feira (1º) que a corte defina a situação de Lula antes do prazo final para o registro de candidatura, que é dia 15 de agosto.

Questionado se a corte deve analisar e acelerar uma decisão sobre o assunto, Fachin respondeu: "acho que sim". "Toda

celeridade em matéria eleitoral é importante para não deixar dúvida no procedimento", acrescentou Fachin, ao chegar para a primeira sessão plenária do tribunal após o recesso.

Fachin encaminhou ao plenário do STF um pedido de liminar apresentado pela defesa do petista que deseja garantir que ele seja colocado em liberdade assim como possa concorrer novamente ao

Palácio do Planalto. Perguntado se a corte deveria decidir antes do dia 15 - prazo final para o registro das candidaturas -, ele afirmou que isso depende de quem faz a pauta da corte, que é a presidente do STF, Cármen Lúcia.

Lula está preso, condenado em segunda instância, a 12 anos e um mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá.

Lulistas voltam a fazer provocações contra o STF

Um grupo de lulistas voltou a fazer confusões na frente do Supremo Tribunal Federal (STF), anunciando o início de uma greve de fome por Lula.

Após lerem um manifesto, seis lulistas foram retirados do local por seguranças da corte.

Houve empurrões, e três manifestantes caíram. O local da confusão, a área externa do Salão Branco, por onde os ministros do Supremo chegam para as sessões plenárias, já foi alvo de vandalismo dos simpatizantes de Lula, que jogaram tinta vermelha no local na semana passada.

O grupo, formado por quatro homens e duas mulheres ligados a movimentos como o MST e a Central dos Movimen-

tos Populares do Brasil (CMP), além do frei Sérgio Antônio Górgen (que já fez várias greves de fome), informou que a greve de fome não tem data para terminar e deve se estender até que o ex-presidente seja solto.

Eles disseram que todos os dias passarão algumas horas em frente ao Supremo. "Nós vamos voltar ao STF até quando tivermos força física para isso. Quando não tivermos mais forças outros companheiros estarão acampados permanentemente na frente do STF para divulgar a greve de fome", disse um manifestante.

Do lado de fora, cerca de 40 pessoas carregavam cartazes e faixas pró-Lula fazendo provocações con-

tra a Justiça, aos gritos de "Judiciário golpista", "canalhas", e "injusta condenação (de Lula)".

A greve de fome começou com uma refeição, em que almoçaram costela com mandioca, arroz, feijão e melancia de sobremesa. O almoço foi servido num local mantido pelos movimentos em Brasília. Segundo Luiz Gonzaga, o Gegê, líder da CMP, esta foi a última refeição deles até que o STF determine a libertação de Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula foi sentenciado a 12 anos e um mês por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A condenação foi proferida pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Ex-prefeito de B. Horizonte reage indignado a acordo com o PT

Os presidentes do PT, Gleisi Hoffmann, e do PSB, Carlos Siqueira, fecharam um acordo entre as duas legendas, na quarta-feira (1º), envolvendo a corrida presidencial. Pelo que ficou combinado, os socialistas devem ficar neutros na disputa do Palácio do Planalto, em troca da retirada da candidatura da vereadora Marília Arraes (PT) ao governo de Pernambuco, facilitando o caminho de Paulo Câmara à reeleição.

As duas siglas devem firmar alianças em 11 Estados. Em Pernambuco, o PT nacional fará um apelo para que Marília Arraes dispute uma cadeira na Câmara dos Deputados, já que o candidato do PT à reeleição ao Senado é Humberto Costa.

O ex-prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, que luta por apoio do PSB à candidatura

de Ciro Gomes (PDT), deverá retirar sua candidatura ao governo do estado.

Márcio Lacerda disse que vai acatar a decisão, mas rejeitou ser candidato ao Senado na chapa do PT de Minas Gerais. Ele reagiu indignado com o acordo, em carta divulgada na quarta-feira (1º de agosto). "Recebi esta comunicação com indignação, perplexidade, revolta e desprezo", diz o ex-prefeito na carta. "A mim foi oferecida, como alternativa à candidatura ao governo do Estado, a candidatura ao Senado em uma composição com o Partido dos Trabalhadores, sugestão com a qual prontamente discordo", continuou.

O presidente estadual do PSB em Minas, João Marcos Lobo, comunicou que o diretório nacional do partido solicitou que a legenda

apoiasse o PT em Minas.

"O debate certamente ficará muito prejudicado", afirma Lobo. Em nota, ele informou que "após entendimentos das direções nacionais do PSB e do PT, houve determinação de apoio à candidatura ao governo do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais". A direção estadual do PSB tem entendimento contrário a essa decisão", diz o texto.

Marília Arraes também protestou com um vídeo no Facebook, denunciando o que chamou de "ataques especulativos" contra sua candidatura. "Estão dizendo que já está batido o martelo, que já houve uma negociação de gabinete, que a executiva nacional do PT vai enquadrar Pernambuco. Nada disso é verdade. Nós estamos firmes", disse.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Raquel Dodge pede em parecer que STF não aceite recurso da defesa para suspender prisão do petista e se aceitar, rejeitá-lo, por ser irregular e ir contra a jurisprudência do Supremo. É o 79º (septuagésimo nono) recurso de Lula no processo

Lula está preso por crime comum: roubou dinheiro do povo, recebendo propinas para acobertar o assalto de um cartel contra a Petrobrás. No processo em que já foi condenado, essas propinas assumiram a forma de um triplex à beira de uma praia em Guarujá, lenda de todo novorrico em São Paulo.

Como o nosso sistema de recursos judiciais tem como limite (ou falta de limite) o dinheiro do condenado, Lula continua fazendo um recurso atrás do outro.

O último - o 79º (septuagésimo nono) recurso de Lula no processo da propina do triplex - foi respondido pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, no dia 25, e divulgado no dia 31 (v. [Procuradora-geral demole alegações da defesa de Lula](#)).

Dessa vez, trata-se de um "recurso extraordinário" (um recurso ao Supremo Tribunal Federal), com um pedido de suspender a pena.

O que é completamente ilegal, de acordo com o Código de Processo Penal:

"Art. 637. O recurso extraordinário não tem efeito suspensivo"

Além do mais, existem duas súmulas do STF (nº 634 e nº 635) que somente permitem que o STF aceite um "recurso extraordinário", se ele for considerado admissível pelo tribunal de origem, que, no caso do processo da propina do triplex, é o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Acontece que o TRF-4 já considerou que o "recurso extraordinário", no caso do triplex, é inadmissível.

Logo, como diz a procuradora, esse recurso, por parte de Lula, é ilegal.

Apesar disso, e apesar do ministro Luiz Edson Fachin já ter decidido que esse recurso é ilegal ("inadmissível"), ele acabou no pleno do STF.

O limite para essa chicaneria é, como dissemos, o dinheiro que Lula tem à sua disposição para recorrer infinitamente - e abusar da paciência dos juizes e do público.

MANIPULAÇÃO

Na página 8 desta edição, condensamos a resposta da procuradora-geral, enviada ao STF (v. [Procuradoria-Geral da República: crime desmedida levou Lula ao cárcere](#)).

Além da ilegalidade da suspensão da pena, também é ilegal tentar mudar o mérito de uma decisão através de um recurso ao STF - que é, exatamente, o que a defesa de Lula pretende. Porém, o STF cuida apenas de transgressões à Constituição, e não há nenhuma no processo em que Lula foi condenado.

É óbvio que Lula e sua defesa sabem de tudo isso. Os recursos continuados e infinitos são apenas para uso político, totalmente manipulatório.

Daí as acusações de que a condenação de Lula foi política - exatamente porque quem está usando politicamente o processo é Lula.

Por várias razões. Mas a principal, ou a mais básica, é esconder seus crimes.

No entanto, como ressalta a procuradora-geral, Lula "não apenas orquestrou todo o esquema de arrecadação de propinas oriundas da Petrobrás por diversos partidos, como também atuou para que seus efeitos se perpetuassem, nomeando e mantendo em cargos de direção da mencionada empresa estatal pessoas comprometidas com atos de corrupção e que efetivamente se corromperam e se omitiram em seu dever de ofício de impedir o resultado criminoso.

"Ao usar o cargo para obter vantagem financeira, e, em contrapartida, viabilizar a ocorrência de um dos maiores esquemas de corrupção da história mundial, Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou desprezo pelos ideais republicanos que prometeu cumprir como Chefe de Estado e, com isso, frustrou as expectativas de milhões de brasileiros, que nele depositaram confiança ao o elegerem".

Observa a procuradora que Lula "foi eleito para o mais alto cargo do Executivo Federal com um ferrenho discurso anticorrupção, alardeando sua honestidade e prometendo combate aos dilapidadores dos cofres públicos. Elegeu-se em virtude de sua retórica de probidade e retidão.

"Ademais, em face da posição que ocupava e da alta remuneração percebida, o requerente estava numa posição social muito privilegiada dentro da sociedade brasileira. E, ciente de que a propina que recebeu era parte de um esquema de corrupção na Petrobrás.

"Além disso, e o mais importante: apesar de se estar diante, aqui, de um crime de corrupção passiva e de um crime de lavagem de dinheiro, é certo que eles são parte integrante de um cenário criminoso muito maior, a saber, de um nefasto esquema ilícito que vitimou a Petrobrás e outros órgãos da Administração Pública Federal por anos e que alcançou - em grau de sofisticação, em magnitude do dano, em impacto social, em grau de perversão moral - dimensões inéditas na história do mundo.

"É evidente que o motivo dos crimes constituiu a ambição de enriquecimento desmedido e manutenção no poder, comprometendo o correto funcionamento do processo decisório da Petrobrás, bem como interferindo e promovendo o desequilíbrio no sistema econômico e político do país.

"No entanto, não se pode desconsiderar que os crimes de corrupção e lavagem de capitais praticados por Luiz Inácio Lula da Silva, sendo parte de um cenário criminoso maior, têm também uma outra motivação: manter o esquema de cartel e corrupção na Petrobrás funcionando.

"Assim, os crimes se retroalimentavam, com motivações cíclicas: a corrupção era importante para que o cartel existisse; o cartel era importante para conseguir recursos para pagar a propina".

Sobre a alegação de que a pena - a chamada "dosimetria" - sentenciada pelo TRF-4 foi excessiva, Raquel Dodge lembra algo que deveria ser óbvio, se não fosse o relaxamento moral dos seqüezes de Lula:

"Não há como se sustentar que os desvios praticados pelo presidente da República devam ser tratados, sob o ponto de vista da censurabilidade e consequências que dele decorrem, do mesmo modo que os desvios incorridos por qualquer outro agente público. A responsabilidade e o poder associados à figura do presidente da República não apenas sugerem, mas impõem que eventuais crimes de corrupção por ele praticados sejam punidos com um rigor acima da média".

A procuradora-geral resume as provas materiais, nas quais a condenação de Lula se baseou, que confirmaram os depoimentos. Por exemplo, o do presidente da OAS, José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido por Léio Pinheiro:

"... o apartamento era do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde o dia que me passaram para estudar os empreendimentos da BANCOOP [a cooperativa dos bancários, que era proprietária do condomínio em Guarujá, depois passado para a OAS pelo seu presidente, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto], já foi me dito que era do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua família, que eu não comercializasse e tratasse aquilo como uma coisa de propriedade do presidente".

Raquel Dodge acrescenta que havia o "intuito de conquistar o apoio de grandes bancadas na Câmara dos Deputados e de contemplar os interesses arrecadatórios e escusos do Partido dos Trabalhadores - PT".

Rigorosamente, a propina era o que Lula chamava (e chama) de "fazer política". Mas só achava isso porque lhe interessava achar que o normal, em política, é agasalhar propinas. C.L.

Marina defende prisão em segunda instância

A ex-senadora Marina Silva, pré-candidata da Rede à presidência da República, voltou a defender a manutenção da prisão após condenação em segunda instância e o fim do foro privilegiado.

"A prisão em segunda instância deve ser mantida porque é algo bom para o Brasil acabar com a impunidade. Mas tem que ser a [condenação em] primeira e em segunda instância com o fim do foro porque, senão, a gente cria dois pesos e duas medidas", disse.

Marina participou, na terça-feira (31), do programa "Centrais das Eleições", da GloboNews. Indagada sobre a inelegibilidade do ex-presidente Lula nas eleições deste ano, foi categórica: "Não se pode ter um país aonde as instituições atuam de acordo com a conveniência de quem tem popularidade ou poder econômico. A lei deve ser para todos".

A candidata falou ainda sobre sustentabilidade, economia,

reformas trabalhista e da Previdência, entre outros temas. Ela disse ser favorável à redução de ministérios e à privatização de algumas empresas estatais. Declarou também que a Previdência "precisa" de "reforma".

Sobre a lei trabalhista aprovada pelo governo de Michel Temer, considerou que a reforma teve uma votação "atabalhoada", sem ouvir críticas. Por isso, Marina Silva afirmou que, se for eleita, ouvirá representantes dos empresários e dos trabalhadores.

A ex-senadora afirmou que não vai revogar a reforma, mas vai corrigir "pontos draconianos" da legislação. "Revogar, não", disse. Entre os pontos que considera draconianos, ela citou a exposição de grávidas e lactantes a ambientes insalubres em caso de ausência de laudo médico.

Ler mais em www.horadopovo.org.br

Convenção do PCdoB confirma Manuela D'Ávila

O PCdoB confirmou, na quarta-feira (1º), a candidatura de Manuela D'Ávila à presidência da República. A convenção do partido, realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, não excluiu a possibilidade de apoiar o PT ou o PDT.

"A nossa candidatura, desde que foi

colocada em 18 de novembro, sempre defendeu a unidade do nosso campo político. Fizemos um conjunto de apelos públicos e ainda temos algum tempo. Se surgir alguma novidade nesse sentido, seguimos entusiasmados", afirmou a candidata

Ler mais em www.horadopovo.org.br

IEC confirma substâncias tóxicas da Norsk Hydro nos rios do Pará

Laudo do Instituto Evandro Chagas confirma a origem dos metais tóxicos que foram encontrados em Barcarena. Duto da multinacional transporta minérios por 400 quilômetros

O Instituto Evandro Chagas (IEC) concluiu, em relatório divulgado nesta segunda-feira (30), que a mineradora norueguesa Norsk Hydro é responsável pelos metais tóxicos que contaminaram a região de Barcarena, no Pará. O estudo foi elaborado com análises em toda a cadeia de produção de alumínio da Hydro.

O químico Marcelo Oliveira Lima, da Seção de Meio Ambiente do IEC destacou que o parecer técnico reforça as conclusões dos relatórios anteriores, de que houve vazamento na planta de empresa e consequente contaminação ambiental com rejeitos tóxicos.

No novo relatório, o IEC apontou que a origem do material tóxico que contaminou rios no Pará é a extração de bauxita realizada pela multinacional norueguesa Norsk Hydro em Paragominas, a 244 quilômetros de Barcarena, onde foram encontrados os primeiros vazamentos.

Segundo o IEC, o composto é transportado por um mineroduto que percorre os rios Capim, Acará, Acará Mirim e Moju até chegar à Hydro Alunorte, em Barcarena, onde a bauxita é refinada e transformada em alumina.

Os casos de contaminação Hydro vieram à tona em Barcarena nos dias 16 e 17 de fevereiro deste ano, quando resíduos de bauxita vazaram para o meio ambiente após fortes chuvas. Uma vistoria com a presença da procuradoria do Ministério Público identificou uma tubulação clandestina que saía da refinaria e despejava rejeitos que contaminaram o solo da floresta e rios das localidades próximas. Ainda foram encontradas outras duas tubulações ilegais que tinham a mesma finalidade.

A nova análise do IEC incluiu toda a cadeia de produção da empresa, desde Paragominas (PA), onde ela extrai o minério de bauxita, passando pela sua transformação em polpa e pelo transporte através de 400 quilômetros de minerodutos, até a refinaria de alumina em Barcarena.

Segundo Lima esse novo parecer técnico “traz à tona as origens geológicas desse material encontrado no ambiente, reforçando o nosso entendimento inicial de que são efluentes da empresa que foram parar no ambiente”.

Os efluentes encontrados no meio ambiente em Barcarena incluíam vestígios de arsênio, chumbo e cádmio. Segundo o químico do IEC esses elementos, depois de retirados do solo, podem se espalhar pelo ambiente em diversas fases do processo de produção do alumínio.

“No fim do processo industrial, só sobra alumina e alumínio. O restante fica no meio ambiente. Esse novo parecer mostra essa trajetória e contribui para o relatório final que estamos preparando, que discutirá vários outros resultados,

incluindo análises nas cinzas e nas estradas”, afirmou.

De acordo com ele, mesmo em pequenas quantidades de metais tóxicos encontrados podem provocar danos em peixes, animais e pessoas. “Quando esse material é tirado do subsolo e entra em contato com o ambiente, pequenas quantidades vão acabar sendo liberadas todos os dias. Primeiro o material fica no solo, depois é transformado em pequenos grãos. Depois é enviado pelos minerodutos até Barcarena, onde acontece a secagem da polpa. Quando em alguma dessas etapas a chuva entra em contato com esse material, ela deixa de ser água e se torna efluente”, explicou.

Segundo o laudo do IEC ficou claramente evidenciado que o uso do minério bauxita de Paragominas tem como resultado a presença de elementos tóxicos no ambiente e que “o acúmulo e/ou lançamento desses efluentes para o ambiente sem o devido tratamento pode ocasionar impactos ambientais irreversíveis com danos aos ecossistemas aquáticos e terrestres e também para as populações que residem nessas regiões em áreas próximas a essas atividades minerárias”.

O laudo científico também destacou que um processo semelhante ocorre em Barcarena e o “risco é até maior devido a provável pré-concentração desses elementos tóxicos na lama vermelha e o despejo de resíduos de cinzas sobre as bacias de deposição de resíduos que além de contribuir para maior concentração desses elementos também contribui para a inserção dos HPAs - Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos contaminantes orgânicos resultantes da combustão da biomassa ou componentes de combustíveis”.

O parecer concluiu sugerindo a realização de estudos que mostrem esses riscos e que na sequência fossem implementados programas contínuos de biomonitoramento, estudos ecotoxicológicos, mutagênicos e genotóxicos além de uma avaliação de exposição ambiental humana aos elementos tóxicos e HPAs em toda a região, incluindo tanto Paragominas quanto Barcarena e até territórios de cidades adjacentes devido à integração hídrica regional. “Tais informações são urgentes e essas medidas deveriam ser imediatamente implementadas para proteção do meio ambiente, dos organismos terrestres e aquáticos e a saúde dos seres humanos que residem próximo a essas áreas”, salientou o IEC.

Em nota, a norueguesa continua negando ter havido vazamento e diz que avaliará o parecer técnico do Instituto Evandro Chagas. A Hydro destacou que a Justiça de Paragominas indeferiu pedido de liminar para paralisação das atividades. “Desta forma, a Mineração Paragominas continua operando”, acrescentou.

USP: quatro adolescentes suicidam-se em dois meses

Nos meses de maio e junho, quatro casos de suicídio de estudantes da Universidade de São Paulo (USP) foram registrados. Desde o início do ano, apesar de não haver uma confirmação oficial, foram sete casos, segundo relataram alunos de diferentes unidades. O alto índice de mortes fez com que a reitoria, após mobilizações de alunos e da comunidade, anunciasse a criação de um escritório geral de saúde mental para a universidade.

O objetivo é que todos os alunos da instituição tenham acesso ao escritório mediante a utilização de uma plataforma, onde os primeiros contatos serão feitos, e também por meio de reuniões presenciais.

Esta é a primeira vez que USP implementa uma ferramenta unificada de assistência psicológica na universidade. Antes, apenas a Faculdade de Medicina, de Odontologia e o Instituto de Ciências Matemáticas e Computação se organizavam com seus respectivos

escritórios de saúde mental. Segundo estudo do Centro de Valorização da Vida (CVV) – associação civil que presta serviço voluntário e apoio emocional e prevenção do suicídio, esta é a segunda principal causa de morte entre jovens e universitários, ficando atrás apenas de acidentes de trânsito.

Entre tentativas e atos consumados, os jovens relatam que devido à carga horária, a pressão por notas e cobranças, relação com colegas e professores entre outros motivos psicológicos, fazem com que eles possam chegar ao tal ponto de tirar a própria vida. Este não é o caso apenas da USP. Neste ano, já foram registrados casos de suicídios nas universidades federais de Minas (UFMG), Brasília (UnB) e na de Santa Catarina (UFSC). Nas federais paulistas (UNIFESP, UFABC e UFS-Car) já foram registrados ao menos 27 tentativas de suicídio desde 2014.



Transporte da bauxita feita pela mineradora de Paragominas para Barcarena

Richa diz que não vê problema ter nomeado a filha de desembargador que retirou seu processo de Moro

O desembargador responsável por retirar das mãos do juiz federal Sérgio Moro, o inquérito contra o ex-governador Beto Richa (PSDB), tem uma filha com cargo comissionado no governo do Paraná.

A filha do desembargador Luiz Fernando Wovk Penteado, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Camila Penteado, filiada ao PSDB desde 2003, ocupa cargo de assessora da governadora e possui um salário bruto de pouco mais de R\$ 7 mil. Ela foi nomeada pelo próprio Beto Richa, em novembro de 2017, quando o mesmo ainda era governador do estado.

A liminar do desembargador suspendeu uma decisão da Justiça Eleitoral que determinava a devolução da investigação para a 13ª Vara Federal, do juiz Sérgio Moro. De acordo com o inquérito policial, Richa é suspeito de cometer crimes em processos de licitação de rodovias.

A investigação começou com apuração de irregularidades na concorrência para a duplicação da PR-323. A licitação teve participação da empreiteira Odebrecht e há suspeita de favorecimento em um esquema que envolvia outras empresas e agentes públicos e privados,



Ex-governador junto ao desembargador Wovk

embora a empreiteira tenha desistido de executar a obra.

O desembargador Luiz Fernando Wovk Penteado atendeu a um pedido da defesa de Richa e manteve o processo na Zona Eleitoral 177 de Curitiba, na esfera da Justiça Eleitoral. O inquérito tramitava originalmente no Superior Tribunal de Justiça, mas foi remetido cargo para a primeira instância em abril, depois que Beto Richa renunciou ao de governador para se candidatar ao Senado.

Em junho, após uma determinação do STJ em recurso a defesa de Richa, Sérgio Moro encaminhou o processo para a Justiça Eleitoral. Na ocasião, ele afirmou que a suspeita não se tratava de

mero caixa dois de campanha.

Neste mês, a juíza eleitoral Mayra Rocco Stainsack determinou a devolução do inquérito para Moro. Mas a nova decisão do desembargador do TRE mantém o caso na Justiça Eleitoral.

Em nota, Richa diz que é uma ilação relacionar a nomeação da filha do desembargador no governo do Paraná com o fato de o magistrado ter tirado o processo das mãos do juiz Sérgio Moro. Para o tucano, se esse parâmetro fosse determinante, todos os familiares de pessoas com cargos em comissão, nomeados em todas as administrações públicas, seriam suspeitos.

Moro solicita explicações sobre ‘vaquinha’ de Vaccarezza para campanha eleitoral

Ex-líder de Lula e Dilma na Câmara não pagou fiança estipulada pelo juiz

O Juiz Sérgio Moro solicitou ao Ministério Público Federal (MPF) e à defesa do ex-deputado federal e ex-líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza, que se manifestem sobre a notícia de que o político está criando uma “vaquinha online” para a sua candidatura a deputado federal nas próximas eleições.

No documento encaminhado ao MPF e a defesa nesta segunda, 30, o juiz Moro cita a matéria do “Estado de S. Paulo” em relação à vaquinha nas

redes sociais realizada por Vaccarezza, que atualmente está filiado ao partido Avante (ex-PTdoB). Moro lembra que o político teve a prisão temporária revogada em agosto do ano passado e não pagou a fiança estipulada em R\$ 1,5 milhão de reais alegando “insuficiência financeira”.

Para Sérgio Moro, as informações sobre a pré-candidatura e a vaquinha podem ser importantes para decidir sobre a fiança pendente. O juiz deu prazo de três dias para que a

defesa e o MPF se manifestem sobre o assunto.

Candido Vaccarezza foi preso temporariamente em agosto de 2017 na 44ª fase da Operação Lava Jato, batizada como “Operação Abate”. Segundo o MPF, Vaccarezza usou a influência do cargo de deputado federal para facilitar a contratação da empresa Sargeant Marine junto a Petrobras. Neste ano, o MPF disse que há indícios de que o ex-deputado esteja ludibriando a justiça sobre a sua situação financeira.

Arnaldo Antunes e Marisa Monte vão à Justiça contra Dória por direitos autorais

Os artistas e compositores Arnaldo Antunes e Marisa Monte entraram com uma ação na justiça contra o ex-prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), por danos morais e materiais, ocasionados pelo uso indevido de uma música em um vídeo postado nas redes sociais do tucano. Eles pedem R\$ 220 mil de indenização.

O caso aconteceu em agosto de 2017, onde Dória, que é candidato ao governo de São Paulo, gravou um vídeo de dois minutos, realizando a entrega de uma reforma de materiais esportivos no Parque do Ibirapuera e depois o divulgou em seus perfis do Facebook, Instagram e YouTube. A gravação contém um trecho de 45 segundos da canção “Ainda Bem”, de autoria de Arnaldo Antunes e



Artistas dizem que tucano fez uso da música “Ainda Bem”, sem autorização, para sua autopromoção

Marisa Monte.

A dupla afirmou que entrou com um pedido extrajudicial em setembro de 2017 pedindo para que o então prefeito tirasse a propaganda de circulação das redes, alegando o uso de material indevido dos artistas e que a música foi usada em um material de propaganda política, com grandes evidências de autopromoção.

Em novembro, Marisa Monte emitiu nota pública de esclarecimento afirmando que Dória levou dois meses para respondê-la. Segundo o tucano a música só está presente no vídeo porque foi captada de forma espontânea nos ambientes das gravações.

O vídeo só foi retirado do ar em novembro, quatro meses após o início da polêmica.



Relatório da entidade foi entregue para o deputado Alessandro Molon

Abrasco lança Dossiê contra o PL do Veneno

Documento recomenda criação da Política de Redução de Agrotóxicos

Pesquisadores da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e da Associação Brasileira de Agroecologia lançaram, nesse sábado (28), uma versão atualizada do “Dossiê Científico Contra o PL do Veneno”, projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e que busca liberar o uso de agrotóxicos no Brasil.

O documento apresenta 15 notas técnicas contrárias ao PL do Veneno. O dossiê defende a criação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNaRA e foi apresentado durante o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado na sede da Fiocruz, na zona norte do Rio de Janeiro.

O Presidente da Comissão da PNaRA, o deputado Alessandro Molon (PSB – RJ) reforçou o quanto o documento foi importante no combate ao Pacote do Veneno na Câmara dos Deputados. “Embora, não tenhamos vencido a votação naquela Comissão, eles ganharam desmoralizados, envergonhados, de cabeça baixa, sem apresentar nenhum argumento sustentável para apoiar aquele retrocesso. Em oposição, queremos aprovar a PNaRA, que é um projeto de lei construído pela Abrasco, com uma iniciativa da sociedade civil e dos movimentos sociais”, afirmou.

No evento, o vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia, Paulo Peterson, rebateu o argumento de que sem agrotóxicos não há como combater as pragas nas lavouras e o pesquisador da Abrasco Marcelo Firpo apresentou dados sobre os custos para a sociedade dos agrotóxicos usados, principalmente, em monoculturas como a soja e o milho.

Fran Paula, da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, apontou o quão fundamental é a participação da sociedade civil para a construção do PNaRA, com contribuições sobre a realidade de suas comunidades, de forma mais localizada. “É importante a gente ter do nosso lado os movimentos sociais, as organizações, instituições e grupos de pesquisa, como parceiros na luta contra os agrotóxicos. Esse dossiê é mais um instrumento para nos subsidiar nessa luta. Além disso, contamos com participação de todos em seus estados nas atividades públicas para debater a PNaRA de forma regional”, disse.

De acordo com o Dossiê “o que o PL define como ‘desburocratização’ é, em última instância, a redução do tempo para analisar estes resultados a criação de dificuldades para que novos estudos sejam solicitados (o que é importante para muitos casos onde há dúvida sobre a segurança do produto para seres humanos) e, em algumas situações, a previsão de que os estudos sequer precisem ser apresentados pela indústria. De fato, a solução mais eficaz e segura seria investir – técnica materialmente e em pessoal – nos órgãos responsáveis pelo registro e em uma rede pública de laboratórios credenciados para suporte especializado”.

O PL abre ainda outra prerrogativa extremamente preocupante segundo o Dossiê, “ao estabelecer o tempo máximo de um ano para análise dos estudos (toxicológicos, ambientais) para o registro. Caso a análise não seja realizada até o encerramento do prazo, o agrotóxico poderá entrar no Brasil mesmo sem a anuência de um órgão responsável, apenas tendo como base o parecer de outros países da OCDE”.

Além do dossiê da Abrasco, outros estudos técnico-científicos tem fornecido dados que colocam o PL do Veneno em xeque. Divulgado nesta semana, o Censo Agro 2017 – um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 1.681.001 produtores utilizaram agrotóxicos em 2017, um aumento de 20,4% nos últimos dez anos.

Neste sentido, o pesquisador Fernando Ferreira Carneiro, da Fundação Oswaldo Cruz no Ceará e um dos organizadores do Dossiê Abrasco, alerta que esse número não refletiu na produção de alimentos, um dos argumentos daqueles que defendem a desregulamentação da lei de agrotóxicos. “O aumento de área cultivada em 5% e do uso de agrotóxicos no Brasil se deve à expansão do agronegócio e das monoculturas (como a soja), em detrimento das florestas, da saúde, das comunidades e povos tradicionais”.

Funcionários de Furnas param por 72h e pedem saída do presidente da Eletrobras



Sindifurnas: "Somos uma grande empresa e não merecemos migalhas"

Apenas um terço dos aposentados recebe acima do salário mínimo

Segundo levantamento feito pela Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) com dados da Previdência Social gerida pelo INSS, atualmente apenas um terço dos aposentados recebem acima do salário mínimo, e há anos não recebem aumento real.

Existem hoje 34,63 milhões de beneficiários do INSS, dos quais 22,41 milhões recebem 1 salário mínimo, o que representa 64,70% do total, e outros 11,45 milhões ganham acima do salário mínimo, o que representa 33% do todo.

"A política de aumento real exclusivamente para o salário mínimo vem prejudicando, portanto, 11,45 milhões de aposentados e pensionistas", denuncia a Cobap.

Esses dados revelam que, na verdade, a ideia que o governo tentou emplacar, de que os apo-

sentados são privilegiados, não corresponde à realidade. O discurso de que a Previdência está quebrada e, portanto, é preciso "economizar" é falacioso: além de juntar o regime geral (a quem estão submetidos os trabalhadores da iniciativa privada) com o regime próprio (dos servidores públicos), e desconsiderar o financiamento que deve vir do governo, eles ainda distribuem isenções fiscais em mais de R\$ 50 bilhões e não cobram dos devedores da previdência - permitindo que a dívida chegasse aos atuais R\$ 427,73 bilhões.

E em cima deste tipo de falácias que tentam emplacar a reforma da previdência, à custa de matar de fome milhares de aposentados, pois a grande maioria recebe apenas o mínimo, e os que recebem acima disso podem muito em breve ter os seus salários iguais aos mais baixos.

Com a situação atual,

a Cobap aponta que "a cada ano que passa a faixa do salário mínimo das aposentadorias e pensões do INSS vem crescendo e, num futuro próximo, pode aumentar a migração e tornar a Previdência gerida pelo INSS como fonte pagadora de aposentadorias e pensões exclusivamente no valor do salário mínimo. E preciso lutar contra isso".

"O aumento real discriminado força que centenas de milhares de aposentados e pensionistas caiam de faixa salarial ano após ano até chegar no valor do salário mínimo, e aí permanecer", aponta a Cobap.

"A Cobap sempre foi a favor do aumento real para todos os aposentados e pensionistas e sempre denunciou a migração de faixa salarial para baixo dos que ganham acima do salário mínimo", denuncia a entidade.



São 38% da rede privada e 30 da pública Professores recorrem a "bicos" para complementação salarial

Professores da educação básica necessitam recorrer a "bicos" para complementar seus salários, diz estudo do Movimento Todos Pela Educação. O estudo aponta que 30% dos professores da rede estadual do país, 22% da rede municipal e 38% da rede privada precisam de outras atividades para complementar suas rendas.

O estudo, realizado de março a maio deste ano, aponta que 29% do total de professores em todo país fazem alguma atividade extra para complementar sua renda, em média o incremento é de R\$ 439,72 mensais, com maior parte das atividades nas áreas como comércio, prestações de serviços e produções artísticas. Os professores da rede privada de ensino têm o menor salário médio do país, R\$ 2.996,66, 16,2% menor que nas redes estaduais e 12,1% menor que nas redes municipais.

Com a baixa remuneração, os professores procuram dar aula em mais de uma escola. No estado de São Paulo 44% dos professores dão aulas em mais de uma escola, chegando a 54,4% dos professores do ensino médio e 53,9% dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) na rede privada. Nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), onde os professores lecionam todas as matérias, 44,6% atuam em mais de uma escola. No ensino público, 29% dos professores dão aulas em mais de uma escola.

A falta de valorização faz com que 49% dos professores digam que não recomendariam aos mais jovens para que se tornem professores. Entre os motivos da não recomendação estão: a desvalorização, baixa remuneração e falta de recursos e estrutura para lecionar.

RODRIGO LUCAS

Famílias fazem uso de cartão de crédito e cheque especial para itens de sobrevivência

Com o desemprego em massa as famílias brasileiras estão utilizando cartão de crédito para complementar a renda. 20% dos brasileiros que usam cartão entendem que ele é um complemento de renda.

O endividamento das famílias voltou a crescer a partir de janeiro deste ano, onde o cartão de crédito passa a ser um meio para comprar itens básicos de sobrevivência. 23% das famílias brasileiras estão com o orçamento comprometido.

Em matéria exibida pelo jornal nacional, o professor de economia da FGV Alberto Ajzenal, diz que "Na medida em

que a renda está corroida dessa forma, que ela nem consegue custear a sua sobrevivência, você tem uma transferência de renda enorme de consumo e investimentos para pagamento de juros".

"Não é normal observar que a renda dos indivíduos e das famílias, que deveria ser suficiente para a sobrevivência dos indivíduos e das famílias, não dá conta. Mais preocupante é quando elas recorrem ao cartão de crédito ou cheque especial, que tem altíssimas taxas de juros, para conseguir fazer compras de itens básicos de sobrevivência", diz o professor da FGV.



"É preocupante quando as famílias recorrem ao cartão de crédito ou cheque especial, que tem altíssimas taxas de juros, para conseguir fazer compras de itens básicos"



Servidores, em greve, fizeram passeata no centro de Porto Alegre "Marchezan quer cortar direitos conquistados há anos", denunciam servidores de Porto Alegre

Os servidores municipais de Porto Alegre continuam em greve pelo reajuste salarial. O segundo dia (1) de mobilizações foi marcado por caminhada pelo centro da capital gaúcha pelo reajuste salarial que não ocorre desde 2016.

A prefeitura de Nelson Marchezan Jr. já deve aos servidores um reajuste de 6,85% referentes ao mês de maio de 2016 a abril de 2018, denuncia o Sindicato dos Municipais de Porto Alegre (Simpa). "Além disso, Marchezan quer cortar direitos conquistados há anos por meio de projetos de lei que tramitam na Câmara.", diz o Simpa.

A prefeitura se nega em negociar com a categoria se a greve continuar e acusa os servidores de irresponsabilidade: "Vivemos um período crítico, de frio intenso, e vidas podem ser colocadas em risco com esta paralisação irresponsável", diz em nota.

Além do reajuste salarial os servidores lutam contra o projeto de reforma da previdência: "Marchezan quer cortar direitos conquistados há anos por meio de projetos de lei que tramitam na Câmara. A união e a articulação da categoria conseguiram barrar o pior deles (o PLCE 08/18), mas outros oito, que atacam o funcionalismo,

ainda serão apreciados.", diz o Simpa em nota.

SERVIDORES DA SAÚDE

Após mediação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), os trabalhadores do Instituto Médico de Estratégia e Saúde da Família (Imesf) encerraram a greve de um dia da categoria. A decisão foi tomada após acordo com a prefeitura, que garantiu a manutenção dos 10% do incentivo sobre o salário-base dos profissionais e a irredutibilidade dos vencimentos e se a negociar, até outubro, um reajuste salarial aos servidores do Imesf.

Trabalhadores querem alteração no cálculo da PLR e não à privatização da Eletrobras e suas subsidiárias

Os funcionários de Furnas Centrais Elétricas iniciaram na terça-feira, 31, uma greve de 72 horas pela saída do presidente da Eletrobras, Wilson Pinto Ferreira Júnior, alteração no cálculo da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e contra a tentativa de privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias.

Enquanto por um lado o governo alega ineficiência do sistema Eletrobras, paga aos trabalhadores de Furnas uma PLR aquém do que foi acordado. O desmonte do sistema elétrico brasileiro já começa a aparecer, com o leilão da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), gerida pelo sistema Eletrobras, pelo valor absolutamente simbólico de R\$ 45,5 mil, abocanhada pela Equatorial Energia.

Segundo o boletim do Sindifurnas (Sindicato dos Eletricitários de Furnas), que representa cerca de 4,5 mil funcionários ligados à empresa, "o senhor Wilson Pinto tem defendido uma matemática estranha. Uma matemática que somente favorece os acionistas do mercado financeiro, corroborando a "rapinagem" nos resultados financeiros da Eletrobras e prejudicando os trabalhadores".

E tudo isso, vale lembrar, com a Cepisa sendo vendida para a Equatorial Energia, que nada mais é do que um conglomerado de fundos e gestores de recursos estrangeiros como a americana BlackRock e a Squadra Investimentos, ambas especializadas em especular títulos e ações, a última com sede no Leblon, na Zona Sul do Rio de Janeiro, e o Banco Opportunity, muito conhecido aqui no Brasil, inclusive pela Polícia Federal.

O instituto Ilumina fez um levantamento sobre todos os investimentos da Eletrobras na Cepisa, que chegam a R\$ 2,3 bilhões, o que torna ainda mais absur-

do que a distribuidora seja "leiload" pelo preço de um carro. Ao mesmo tempo, a direção de Furnas nega aos trabalhadores a participação nos lucros da empresa, já prevista em acordo efetuado no Tribunal Superior do Trabalho (TST) desde 2015: "que a Eletrobras reconheça que os trabalhadores de Furnas devem receber 1,4 da folha salarial para ser distribuída a título de PLR 2017, pois as metas operacionais e a meta financeira "EBITDA" impostas a Furnas, foram cumpridas integralmente", aponta o sindicato.

O senhor Luiz Fernando, da Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais da Eletrobras, chegou a pedir uma reunião com o sindicato para esta quarta. O Sindifurnas aponta que este encontro "deve ser no sentido de nos pagar aquilo que está pactuado junto ao TST desde 2015 e no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial- CMDE, com os números que se encontram no balanço financeiro da empresa".

"Nós fazemos essa empresa funcionar, mesmo com poucas pessoas, dando nossa contribuição para a manutenção e operação de sistemas estratégicos e importantes para o país, tanto nos equipamentos de usinas e subestações, como em rotinas operativas, administrativas, logísticas e meio ambientais. Somos uma grande empresa e não merecemos migalhas. Merecemos sim o solene respeito de nossos diretores e números exatos", defendem os trabalhadores.

"A população pode ficar tranquila pois, embora a paralisação tenha adesão total dos funcionários, a participação na mobilização não é de 100% de modo a não afetar os trabalhos de operação e manutenção e, em consequência, o abastecimento de energia à população", garante a entidade.

ANA CLÁUDIA

Envolvidos na Operação Registro Espúrio são exonerados do MT

O Ministério do Trabalho exonerou nesta terça-feira (31) o secretário de Relações do Trabalho da pasta, Eduardo Anastasi, e o secretário adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, Luis Carlos Silva Barbosa em decorrência da operação Registro espúrio, da polícia Federal.

A operação investiga a concessão de registros de sindicatos pela pasta, justamente a função desempenhada pela Secretaria de Relações do Trabalho. Segundo a Polícia Federal, há indícios de que atuam no Ministério do Trabalho uma quadrilha composta por políticos e servidores que comete fraudes na concessão dos registros de entidades.

Essas fraudes variam de pagamento de vantagens indevidas por parte dos sindicatos que que-

riam ser registrados; o não cumprimento da ordem de chegada dos pedidos ao ministério;

a prioridade era dada a pedidos intermediados por políticos; até a existência de um "loteamento" de cargos do Ministério do Trabalho entre os partidos PTB e Solidariedade.

A operação Registro Espúrio começou a funcionar em maio e, em Junho, foi Eduardo Anastasi o secretário que assinou a portaria que suspendeu as análises de pedidos de registro sindical por 30 dias, logo após a primeira fase da operação ser concluída. Com a segunda fase da operação, o antigo ministro do Trabalho Helton Yomura pediu demissão após ter sido temporariamente afastado do cargo para investigação.

A ditadura de Daniel Ortega

SARA TUFANO *

As manifestações contra a reforma do sistema de previdência social na Nicarágua têm desatado uma brutal repressão por parte do governo de Daniel Ortega e de sua esposa e vice-presidenta, Rosario Murillo. O mal-estar social não é novo, alguns consideram que os protestos contra a construção do canal interoceânico, em 2014, geraram o movimento camponês mais forte dos últimos vinte anos. Mas o antecedente imediato das manifestações que se iniciaram em 18 de abril foi o incêndio na Reserva Biológica Indio Maíz no início daquele mês.

O governo teria feito caso omissos das vozes de alerta de ambientalistas que lhe exigiam tomar medidas imediatas para deter o incêndio numa das reservas biológicas mais importantes da América Central.

Apesar da repressão, esses protestos não foram desativados e, poucos dias mais tarde, os manifestantes voltaram às ruas. Desde esse dia, a ação repressiva do Estado produziu centenas de mortos e desaparecidos e milhares de feridos.

O que desencadeou essa onda de violência? A versão oficial a encontramos na entrevista de Daniel Ortega na cadeia Telesur, no dia 24 de julho. Para Ortega, a reforma do sistema de previdência social é só um dos vários elementos que desencadearam os protestos. A raiz do problema, segundo ele, é o intervencionismo norte-americano que, através da 'Nica Act' —uma lei que condiciona os empréstimos de organismos financeiros internacionais à Nicarágua—, dividiu o setor empresarial com quem Ortega havia estabelecido uma aliança e fortaleceu os grupos paramilitares.

Porém, nos últimos dias, intelectuais e líderes de esquerda, entre eles Noam Chomsky, Boaventura de Sousa Santos, José Mujica e Leonardo Boff, criticaram a versão oficial e exigem a Ortega que detenha a repressão, desarme as forças paramilitares, adiante as eleições e se afaste do poder.

Considero que, embora seja verdade que a ingerência dos Estados Unidos nos assuntos de outros países —em particular os latino-americanos— não pode ser subestimada, não é possível que a esquerda continue se escondendo na 'geopolítica' para desconhecer ou minimizar seus próprios erros.

Além do que, o governo de Ortega deixou de ser de esquerda há muitos anos. Sem ignorar a cruenta luta dos contras financiada pelos Estados Unidos para derrocar a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), não pode se passar ao largo das transformações desta força política desde o triunfo da revolução até hoje. Dizer que o governo de Ortega é a continuação natural da revolução sandinista de 1979, é desconhecer as voltas que a FSLN tem dado ao longo destes últimos 39 anos.

Quais foram algumas destas voltas? Depois de onze anos no poder, os sandinistas perderam as eleições em 1990. Entre 1990 e 2007 sucederam-se três governos: o de Violeta Barrios de Chamorro (1990-1997), o de Arnoldo Alemán (1997-2002) e o de Enrique Bolaños (2002-2007). Embora Ortega só tenha voltado a ganhar as eleições em 2007, desde 1997 tem co-governado o país através de um pacto com Alemán, chefe do Partido Liberal Constitucionalista. Por este pacto se reformou a Constituição para que estas duas forças políticas pudessem distribuir-se os cargos de quase todas as instituições do Estado. Outra das reformas foi a de reduzir para 35% a porcentagem mínima para ganhar as eleições e evitar o segundo turno eleitoral, o que permitiu a Ortega voltar à presidência em 2007. Também, graças a este pacto, e amparado em sua imunidade parlamentar, Ortega soube se esquivar das acusações de violação e abuso sexual de sua filha adotiva Zoilamérica Narváez.

Ortega decidiu ainda se aproximar do setor mais conservador da Igreja católica com o objetivo de atrair os votos da classe média conservadora nas eleições de 2007. Para isso, a FSLN mudou sua postura em relação ao aborto terapêutico. No código penal, o único aborto aceito era aquele no qual a vida da mulher encontrava-se em risco, e a FSLN permitiu sua abolição para se congruar com a Igreja.

Pactos com a direita corrupta, reformas da Constituição para perpetuar-se no poder, nepotismo, penalização do aborto terapêutico, controle de todas os setores do poder público: pode-se dizer que o governo de Ortega é de esquerda? Não, Ortega soube capitalizar a memória e os símbolos da revolução sandinista para permanecer no poder e enriquecer.

O derramamento de sangue na Nicarágua deve ser condenado por todos, sem que importe a ideologia. É a direita colombiana que exige que a esquerda condene a Daniel Ortega pela repressão deve saber que o mais parecido com Ortega na Colômbia é o também 'presidente eterno' Álvaro Uribe Vélez, pois o autoritarismo e a falta de ética não são propriedade exclusiva de uma única força política.

* Jornalista italo-colombiana, com mestrado em Sociologia da Universidade de São Paulo. Especialista no estudo do conflito armado colombiano e nos processos de paz

Bolívia investe e tem crescimento recorde pelo 5º ano consecutivo

Prensa Latina



Modelo Econômico Social Comunitário e Produtivo, vigente desde 2006, avança e sustenta o crescimento da econômica boliviana

Maduro reconhece "fracasso nos modelos produtivos" que adotou

"Fracassamos em todos os modelos produtivos que tentamos até agora e a responsabilidade é nossa, minha, tua", disse o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em sua intervenção no IV Congresso do Partido Socialista Unido da Venezuela, PSUV.

O tardio reconhecimento do fracasso feito por Maduro —que, de forma patente, lavava as mãos diante de uma desastrosa política governamental que provocou a crise que o país vive, jogando a responsabilidade sobre o conjunto do paartido— não se desdobrou em propostas alternativas para superar a crise.

A plenária estava sob a tensão de um apagão que deixou mais de 80% de Caracas às escuras, na segunda-feira, e que iniciou na hora em que Diosdado Cabello, o primeiro vice-presidente do partido, postulava Maduro para a reeleição como presidente do PSUV. A explicação de "sabotagem elétrica" ensaiada pelo governo não colou. Angel Navas, presidente da Federação de Trabalhadores do Setor Elétrico (Fetraelec), afirmou que a falta de manutenção, e não a 'sabotagem', foi a causa do apagão. E na terça-feira, 31, novamente a capital ficou, durante algumas horas, sem energia. A partir das 9:00 da manhã, os moradores da Grande Caracas saíram assustados dos prédios, dos vagões do metrô, das escolas e a situação de toda a cidade ficou caótica até o meio-dia. Seus planos para a recu-



Apesar do reconhecimento tardio do fracasso, não aponta quais foram os erros nem traz alternativas

peração econômica se baseiam em "chegar a 6 milhões de barris diários em 2025 ou antes". Isso, frente a uma produção atual que caiu de 3,2 milhões de barris diários em 2008 para 1,5 milhões em 2018. Proposta de difícil viabilização, vez que a estatal Petróleos de Venezuela —responsável por 96% das divisas do país através da exportação do óleo— além dos problemas de manutenção que a levaram a essa queda na produção, sofre sanções do governo dos EUA.

O setor agrícola abastece hoje apenas 25% do consumo nacional, quando 10 anos atrás contribuía com 75%, segundo a Federação Nacional de Agricultores. Já a indústria funciona a 30% de sua capacidade, conforme declarou a Confederação Venezuelana de Industriais, Conindustria. "A importação desenfreada que favorece uma casta importadora-financeira provoca um severo processo de desindustrialização, além de demolir os

recursos dos trabalhadores e levar a um processo de miséria extrema", assinalou o economista Manuel Sutherland, diretor do Centro de Pesquisa e Formação Operária (CIFO).

No final do congresso, Diosdado Cabello ratificou "por aclamação" o presidente, Nicolás Maduro, como máximo responsável da agremiação. E não só isso, nessa decisão sem debate, nem espaço para outra proposta, outorgou a Maduro "todas as faculdades, poderes e autoridade necessária para que tome as decisões no sentido de nomear a direção nacional do PSUV, assim como qualquer outra em matéria organizativa que seja necessária para o fortalecimento do partido". Essas medidas, segundo diz Cabello, seriam para "garantir que o PSUV nos próximos quatro anos esteja a altura das circunstâncias".

SUSANA SANTOS

Israel condena poeta palestina por poema que conclama à resistência

A poeta palestina, Dareen Tatour, foi condenada a cinco meses de prisão nesta terça-feira. A sentença diz que Tatour incorreu na mesma transgressão de Ahdé Tamimi, a adolescente que teve a coragem de encerrar soldados israelenses: "incitamento à violência".

A palestina, cidadã israelense, postou nas redes sociais, em 2015, o poema Resiste, Meu Povo, Resiste a Eles.

Foi levada à Corte de Nazaré onde os promotores argumentaram que o poema incita à

violência e que a "ré" também falava em uma Segunda Intifada (amplo levante palestino que abriu os canais para os acordos de Oslo entre Rabin e Arafat). Para os procuradores a expressão "levante" significaria "terrorismo".

A advogada da poeta, Gaby Lasky, destacou que sua cliente estava sendo presa por sua expressão artística da luta palestina.

"O veredicto viola o direito e a liberdade de expressão. Infringe os direitos culturais dos palestinos que vivem em Israel a obediência a ele levaria à auto-censura

na poesia", afirmou Lasky.

Antes da condenação, Tatour sofreu três anos de prisão domiciliar, por outros 'atentados'.

"Eu esperava pela prisão, depois que a Lei Estado Nação [do apartheid] foi aprovada, eu esperava qualquer coisa. Não acredito que haja justiça em Israel, por isso mesmo seguirei escrevendo poesia", declarou Tatour.

150 escritores norte-americanos exigem de Israel a liberdade para Tatour, incluindo Naomi Klein e Alice Walker.

NATHANIEL BRAIA

Coordenadora de Direitos Humanos do Paraguai pede liberdade para Villalba

Os advogados da Coordenação de Direitos Humanos do Paraguai (Codehupy) solicitaram nesta semana a imediata libertação do trabalhador rural Rubén Villalba por uma causa relativa à "invasão de terras" na colônia Pindó.

Passados seis anos, Rubén é um dos camponeses recém absolvidos pelo "confronto" ocorrido em Curuguaty, em junho de 2012, pelo qual havia sido condenado a 35 anos de prisão.

Pela causa de colônia Pindó, que data de 2008, Rubén foi condenado a sete anos de prisão em 12 de fevereiro de 2015. O Tribunal de Sentenças que impôs a decisão arbitrária foi conformado pelo

mesmo juiz Ramón Trinidad Zelaya, conhecido por vender sentenças a latifundiários.

Conforme os advogados de Codehupy, "no Paraguai não existem penas acumuláveis" e se a pessoa se encontra condenada por duas causas, as penas são cumpridas de forma simultânea. Sendo assim, os seis anos de prisão de Rubén já serviram para cobrir integralmente a sentença do caso Pindó, destacam os advogados. Sendo assim, a manutenção do camponês na Penitenciária de Tacumbú somente revela que o Estado paraguaio "utiliza o sistema penal de maneira repressiva e sistemática" contra os que lutam pela terra.



Rubén Villalba, um dos presos de Curuguaty

PIB do primeiro trimestre fecha em 4,4% e país rumo novamente para o maior crescimento da América do Sul

A economia boliviana cresceu 4,44% no primeiro trimestre, índice alimentado por sólidos investimentos públicos que projetam que em 2018 o país alcance o quinto ano consecutivo na liderança do desenvolvimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB) na América do Sul.

Entre outros números positivos, registra o Instituto Nacional de Estatística (INE), o setor agropecuário cresceu 6,6%, estabelecimentos financeiros 6,4%, petróleo e exportação de gás 6% e construção 5,7%.

Os seguidos resultados positivos do PIB têm se traduzido na redução contínua do desemprego — atualmente de 4,48% a menor taxa da América Latina — numa elevação da massa salarial do conjunto da classe trabalhadora, seja no setor público como privado, em saúde, educação, ciência e tecnologia — inclusive na área nuclear.

O Modelo Econômico Social Comunitário e Produtivo vigente desde janeiro de 2006, quando assumiu o presidente Evo Morales, confronta a dependente lógica primário-exportadora aplicada por anos de neoliberalismo que mergulharam o país andino na miséria. Conforme o governo, é um modelo inclusivo, baseado em seis alicerces: retenção dos excedentes econômicos que gera o país para o reinvestimento em projetos de desenvolvimento; redistribuição da renda e reativação do mercado interno; crescente investimento público; elevada poupança interna; articulação do capital financeiro com o capital produtivo e a diversificação econômica, com o investimento em obras de infraestrutura e novas empresas estatais.

Segundo Evo, a economia boliviana cresceu de forma sustentada graças à nacionalização dos hidrocarbonetos, em 2006, e a retomada das empresas estratégicas para o estado, que permitiram a elaboração de um plano, centralizado e coerente com as necessidades da nação. "Acredito que o fundamental para o nosso desenvolvimento é a retenção do excedente para que a riqueza não se vá, seja investida no país", acrescentou o vice-presidente Alvaro García Linares.

Para o economista e ex-ministro Luis Alberto Arce Catacora, um dos responsáveis pelo novo modelo, "é essencial que o Estado se aproprie do excedente econômico para que ele próprio faça a redistribuição até a conformação da base econômica, a industrialização e a resolução dos problemas sociais". Diferente disso, sublinhou Arce, "na época do neoliberalismo se exploravam os recursos naturais e a força de trabalho, fundamentalmente por empresas transnacionais, e era o setor privado quem se apropriava do excedente econômico em benefício próprio".

Entre outras importantes instituições nacionalizadas estão a Entel (Empresa Nacional de Telecomunicações, a ENDE (Empresa Nacional de Eletricidade e a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos). No caso da YPFB, a principal riqueza do país, elencou Evo, a nação "recuperou a propriedade, a posse e o controle total e absoluto", invertendo a lógica neoliberal e privatista que remunerava



Evo Morales

as transnacionais com 82% dos recursos e deixava apenas 18% com o Estado. Agora, o país fica com 82% para investir no seu desenvolvimento e o capital estrangeiro é remunerado com 18%.

PETRÓLEO BRANCO

A exploração industrial do lítio — o chamado petróleo branco — principal insumo para o desenvolvimento de baterias elétricas e recarregáveis — tem sido uma das prioridades do governo. "Se temos indústrias de lítio, dentro de pouco tempo a Bolívia vai colocar um preço no mineral em todo o mundo", destacou Evo Morales, destacando que atualmente o valor da tonelada do mineral no mercado internacional já supera os 7 mil dólares. "Mercados não faltam", declarou, frisando que "a estimativa é de que reservas das quais detemos cerca de 70% do total mundial" sejam suficientes para garantir 50 anos de produção.

Com o compromisso de progredir de forma independente, desde 2008 se investiu em um projeto de industrialização soberana 100% estatal, sob a supervisão da Corporación Mineira da Bolívia (Comibol). Para fortalecer o processo, em 2010, foi criada a Empresa Boliviana de Recursos Evaporísticos (EBRE), encarregada da exploração, comercialização e industrialização do lítio. Com o objetivo de agregar valor com o riquíssimo mineral, a Bolívia fechou recentemente um acordo com a empresa alemã ACI System. Com investimento inicial de US\$ 1,328 bilhão serão construídas no salar de Uyuni — onde está a maior reserva mundial de lítio — quatro plantas que permitirão a elaboração de diferentes subprodutos, bem como a fabricação de baterias. A associação com o consórcio alemão possibilitará ao estado boliviano obter, como mínimo, um lucro anual bruto de US\$ 1,1 bilhão, informou o vice-ministro de Altas Tecnologias da Bolívia.

Como forma de incentivar a produção e de compartilhar os frutos do trabalho, desde 2013 o governo de Evo Morales instituiu o pagamento de um 13º salário (por lá chamado de Aguinaldo) a mais, o 14º salário (doble Aguinaldo). Para o pagamento do benefício vale a evolução de junho a junho. Como no terceiro trimestre de 2017 o crescimento foi de 4,3%, no quarto trimestre de 5,2% e no primeiro trimestre deste ano foi de 4,4%, avalia o ministro da Economia Mario Guillen, "mesmo o crescimento sendo um pouco menor será possível pagar o segundo Aguinaldo". O ministro disse que as perspectivas são "interessantes" porque problemas climáticos atrasaram o plantio no primeiro trimestre, que impactará positivamente só agora.

LEONARDO SEVERO

Governo do Egito atende ao FMI e eleva o preço do gás em até 75%

Submisso ao FMI, o governo do Egito aumentou os preços do gás natural entre 33,3% e 75%. O aumento começará a vigorar já em agosto.

Em 2016, o presidente egípcio, Al-Sisi, decidiu pegar um empréstimo de US\$ 12 bilhões junto ao FMI e, consequentemente, submeter o país a suas demandas. Desde aí houve aumento no preço dos combustíveis, água, eletricidade e de novas linhas telefônicas e suas contas mensais.

No mais recente tarifaço, o preço do gás natural, quando consumido até 30 metros cúbicos, subiu de 0,1 libra egípcia por metro cúbico para 0,175, ou seja, uma alta de 75%. Quando consumidos entre 30 e 60 metros cúbicos, o cálculo passou de 0,175 libra egípcia por metro cúbico para 0,250, um aumento de 42,5%. Por fim, em consumos maiores do que 60 metros cúbicos, alterou-se de 0,225 libra

egípcia por m³ para 0,3, uma elevação 33,3%. Cerca de 70% da energia elétrica gerada no Egito vem de gás natural.

Seja para aquecimento da casa ou para cozinhar, muitas famílias, quando não estão conectadas à rede de gás natural, utilizam cilindros de butano. Este também sofreu alterações, tendo passado, quando para fins domésticos, de 30 para 50 libras egípcias, 66,6% a mais e atingindo o equivalente a R\$ 10,20. Para fins comerciais, o aumento foi de 40 libras egípcias, subindo de 60 para 100, equivalendo a R\$ 20,97. Preços baratos em comparação com os nossos, mas o impacto sobre a economia popular no Egito tem sido intenso. A expectativa inflacionária bateu em 14,4% para este ano de acordo com as medições referentes ao consumo no mês de junho, sem que os salários acompanhem a alta dos preços.

1.500 refugiados já morreram este ano no Mediterrâneo, alerta ONU



Vanessa Beeley e o papel dos White Helmets

Resgate por Israel revela farsa do 'humanitarismo' dos Capacetes Brancos (1)

Seguem os principais trechos da coluna da jornalista inglesa que viajou à Síria em meio à batalha pela libertação de Aleppo e desmistificou a organização Capacetes Brancos e, em especial, o filme premiado com o Oscar de melhor documentário, "Os últimos homens em Aleppo", que tentava glorificar a organização financiada pelos serviços secretos dos EUA e Inglaterra e que se propalava neutra e de resgate humanitário, na verdade dedicada a corroborar as versões de guerra química assacadas contra o Exército sírio, pretexto central para justificar a intervenção norte-americana quando os bandos terroristas financiados pela CIA desmoronavam rumo à derrota. (N.B.)

VANESSA BEELEY*

Os manequins dos terroristas denominados de Capacetes Brancos recebem um resgate excepcional por parte de Israel ao sul da Síria, atendendo a solicitação urgente da Otan.

É como se a história se repetisse nesta nova versão da operação Paperclip (a que resgatou criminosos de guerra nazistas para acelerar programas militares nos Estados Unidos). Desta vez, militantes da Al Qaida e organizações terroristas associadas são transferidos às pressas.

O papel principal dos Capacetes Brancos, agora resgatados, foi o de corroborar alegadas estórias de ataques com armas químicas sobre civis sírios por parte do Exército da Síria, para justificar a intervenção da coalizão militar montada pelos Estados Unidos, tanto direta, como por procuração (através do apoio a bandos terroristas na Síria) contra uma nação soberana.

Décadas depois da importação de cientistas nazistas para os EUA, antes da chegada das foças soviéticas, a América retira seus clientes extremistas que operam sob disfarce na Síria, para que sua verdadeira identidade não seja descoberta através da aproximação das forças sírias e russas às regiões liberadas.

Israel, com um governo que não se sente na obrigação de dar satisfações sobre o assassinato da enfermeira Razan Al Najar, que socorria manifestantes feridos em Gaza, atingida por uma bala nas costas, é flagrado em meio ao resgate de terroristas, com filmes nos quais se oferece chá e água a integrantes de facções criminosas e agentes da inteligência dos EUA e da Inglaterra que se deslocam em segurança para Israel em ônibus munidos de ar condicionado e, de Israel, são levados para a Jordânia.

Este último país já recebeu [até o final de julho] 400 destes celebrados "humanitários". A sua exploração, no interior da Síria, pelos interesses intervencionistas, desonra os termos que se atribuíram, enquanto a Defesa Civil Síria e outras organizações de resgate médico recusam-se a correr da zona conflagrada onde dão socorro verdadeiro a civis vítimas de terroristas, negando-se a embarcar em "botes salva-vidas" israelenses.

Não é a primeira vez que os Capacetes Brancos e bandos armados, aos quais dão cobertura, recebem proteção "excepcional" dos seus financiadores e apoiadores ocidentais.

Requisições especiais para a sua retirada de Aleppo Leste e de Ghouta Leste foram submetidas a agências da ONU nas batalhas finais para a liberação destas duas áreas ocupadas por bandos extremistas bancados por Estados do Ocidente e do Golfo, incluindo os da Frente Al Nusra [fameigerado bando que teve bandidos se orgulhando de comer o fígado de soldados sírios caídos em combate].

Em 16 de março de 2018, do representante permanente da Síria na ONU, Dr. Bashar Al Jaafari, declarou ao Conselho de Segurança da ONU: "O maior escândalo é que uma agência da ONU solicite a evacuação de 76 membros dos Capacetes Brancos de Ghouta Leste enquanto não dá a menor atenção ao risco de vida que correm milhares de civis".

O maior escândalo, na verdade, é esta imersão do Ocidente no pesadelo de outra tentativa de mudança de regime que reduziu uma nação soberana a um palco de violência e conflito, destrocada por sanções econômicas que punem coletivamente o povo sírio por resistir a uma invasão e tentativa hostil de desmonte de seu Estado secular. Os mesmos grupos armados, que conduziram seus ataques brutais e sectários às expensas de seus financiadores ocidentais, também acabam de se valer dos serviços de Israel para escapar das consequências de sua violência e atrocidades cometidas contra o povo sírio, enquanto eram ajudadas e encobertas pelos "intocáveis" Capacetes Brancos.

* É fotógrafa e jornalista investigativa. Editora associada do portal 21st Century Wire e que tem concedido entrevistas à agência Russia Today - RT. (Continua na próxima edição)



Itália criminaliza ajuda em alto mar e aumenta o número de imigrantes mortos

Sequestro por 50 dias sob Trump deixa menino brasileiro de 5 anos traumatizado

O sequestro por 50 dias, sob a desumana política de "tolerância zero" do regime Trump, do menino brasileiro de 5 anos, Thiago, que foi separado na fronteira da mãe, Ana Carolina, deixou marcas profundas e, como denuncia a mãe, "ele está assim desde que o peguei de volta".

Para Trump foi apenas um expediente para angariar votos de certo eleitorado nas intermediárias de novembro, criminalizar imigrantes, fabricar bodes expiatórios e pressionar por verbas para seu muro na fronteira sul.

Thiago não quer falar com ninguém, relata a mãe. A regressão sofrida no cativo fora tal que pediu para voltar a mamar no peito. Tornou-se retraído. Muitas vezes se esconde num armário para evitar interagir. Da "família adotiva" aonde foi largado nesse tempo todo, apenas diz que "eles não gostavam de mim". "Ele não quer falar com ninguém", diz Ana Carolina.

Para as crianças, e as famílias, um trauma, duro e persistente, cuja superação não é certa, nem fácil. Até Trump ser forçado, pelo repúdio interno e internacional, a suspender as separações de famílias, as crianças seqüestradas já eram quase

3.000. Centenas ainda continuam nessa situação.

Um dos maiores pesadelos dessas crianças é voltarem a perder os pais. Ansiedade e medo também visível no caso de Thiago. Quando foi a um restaurante e a mãe se ausentou da mesa por um momento, logo se inquietou, perguntando onde estava a mãe e olhando em volta. Porque demorou tanto, ele lhe perguntou, assim que reapareceu.

A filha de sete anos de um salvadoreno recentemente reunida a ele, sempre chora quando ele sai de casa, porque acha que não vai voltar. "Ela está com medo", disse Jose Dolores Munoz, em espanhol. "Ontem eu a deixei chorando, ela ficava me dizendo: 'Você não vai voltar. Você está mentindo. Você está me deixando'".

Há crianças que se apavoram ao ver um policial, temendo que vá lhes tirar a mãe ou o pai. Outros transtornos se manifestam. Um menino de três que foi separado de sua mãe, agora passa o tempo fingindo que está alagando e vacinando as pessoas à sua volta — uma repetição daquilo por que passou.

Sequer o reencontro com o pai ou a mãe restaura a

tranquilidade e a alegria. Como relatou Ana Carolina, quando conseguiu ter o filho de volta, ela chorou e o abraçou no aeroporto de Filadélfia. "Meu coração batendo forte no peito", acrescentou. "Mas ele ficou como se estivesse congelado".

Ela contou, também, como Thiago chorou, no dia seguinte à captura na fronteira, quando teve de lhe dizer que seria separado dela. Chorou até dormir. Outro menino precisou ser hospitalizado, após a aterrorizante notícia, depois de um ataque de pânico.

Ainda na detenção, Ana Carolina foi informada de que o filho não queria tomar banho, nem comer. Ela sequer sabia onde ele estava — era Los Angeles — mas pôde, então, falar ao telefone com ele, que chorou sem parar.

Ela procurou animá-lo, dizendo que logo ficariam juntos, mas várias semanas se passaram. Após pagar fiança e ser liberada no início de julho, com a ajuda de um advogado recuperou a guarda do filho. Ela pensa em pedir a ajuda de um terapeuta. Thiago começa a se soltar, com o primo Rogério, de 8 anos. Mas há ainda um longo caminho à frente para as pequenas vítimas do terrorismo de Trump.

Brics reforçam cooperação e repudiam unilateralismo

Líderes dos BRICS — o bloco constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — em sua declaração ao final da cúpula de Johannesburgo, repudiaram o unilateralismo nas relações internacionais e se comprometeram em reforçar a cooperação, a soberania e o papel dos organismos multilaterais. No próximo ano, a presidência do bloco caberá ao Brasil e foi aprovado a abertura em São Paulo de um escritório do Banco dos Brics, oficialmente chamado de Novo Banco do Desenvolvimento.

Presidida pelo presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, a cúpula realizada entre 25-27 de julho contou com a participação do presidente chinês, Xi Jinping, do presidente russo Vladimir Putin, do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, e do presidente brasileiro, Michel Temer.

"Devemos continuar comprometidos com o multilateralismo e os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas", conclamou Xi, defendendo que, em prol da paz e da segurança mundiais, os membros dos Brics devem "pedir a todas as partes que cumpram as normas fundamentais que regem as relações internacionais e solucionem as disputas pela via do diálogo".

O presidente Putin saudou o crescimento de 30% no comércio com os Brics e a relevância adquirida pelo bloco. Para os Brics, as relações internacionais devem se pautar pelo respeito mútuo, igualdade e justiça, através de relações mutuamente vantajosas.

ORIENTE MÉDIO

Entre os temas a declaração manifestou preocupação com a ameaça de militarização do espaço, o aumento da tensão no Oriente Médio e se pronunciou contra o uso da força. Também apelou ao pleno respeito no âmbito do acordo nuclear com o Irã e a busca de uma solução duradoura para o conflito palestino-israelense com base nas resoluções da ONU, nos princípios de Madri e na Iniciativa Árabe pela Paz, que garanta o Estado Palestino coexistindo ao lado de Israel.

O comunicado também saudou os avanços do diálogo na península coreana e insistiu na necessidade da luta contra o terrorismo "sob a égide da ONU e uma sólida base jurídica internacional". Também se pronunciou que "em nenhum conflito se pode permitir o uso da força desde o exterior".

A declaração também

condenou o bloqueio — que vem desde o governo de Obama — à escolha dos membros do órgão de apelação da OMC, que é a corte de solução das divergências comerciais entre os estados-membros. "Conclamamos todos os membros a nos engajarmos de forma construtiva a resolver este desafio com prioridade", assinala ainda o documento.

A crítica implícita ao unilateralismo tem um significado maior do que a rejeição a medidas unilaterais no comércio internacional, embora ditas "sem precedentes" e à chamada ameaça de guerra comercial. Mas se refere, também, à pretensão de impor sanções e a extraterritorialidade de leis sobre os demais.

A cúpula também debateu, com 22 países africanos convidados, a interação do Brics para a industrialização da África: "colaborando para o crescimento inclusivo e a prosperidade compartilhada". A Comunidade do Caribe (Caricom) também foi ouvida, na figura do primeiro-ministro da Jamaica e presidente pró-tempore, Andrew Holness, que manifestou a disposição de trabalhar conjuntamente pela cooperação e desenvolvimento. A.P.

Segundo as Nações Unidas, na rota mais letal usada pelos refugiados, a da Líbia até a Itália, 1 em cada 19 morre na travessia. Só num fim de semana em junho, houve mais de 200 mortes

Agência Internacional de Migração (OIM) da ONU alertou que 1500 imigrantes já morreram este ano no Mar Mediterrâneo, que recentemente foi chamado de "maior cemitério da Europa" pelo capitão de um barco humanitário.

A ONU denunciou, ainda, que, na rota mais letal usada pelos refugiados, a da Líbia até a Itália, 1 em cada 19 morre na travessia. É o quinto ano consecutivo em que o número de mortos no Mediterrâneo chega a 1.500. Só num fim de semana em junho, foram mais de 200 mortes.

Em consequência da política xenófoba do novo governo italiano, que proibiu que barcos humanitários com imigrantes a bordo atraiquem em portos italianos, e do acirramento da política do governo anterior, de pagar à guarda costeira líbia para levar os imigrantes de volta para os campos de concentração — alguns, inclusive, de escravos —, o número de refugiados rumo à Itália despencou.

"É importante notar que, apesar dos números incrivelmente baixos de imigrantes chegando à Itália, as mortes por capita ou o índice de mortalidade para cada mil pessoas pode ter atingido seu pico desde que a emergência começou", afirmou o porta-voz da OIM, Joel Millman, em um comunicado à imprensa em Genebra.

Referindo-se ao saldo de 1.500 mortes, ele disse: "Só uma vez nos últimos quatro anos esta marca foi atingida depois desta data em julho, e isso foi em 2014, quando a emergência só estava começando."

O que, sem dúvida, se deve ao governo 5 Estrelas-Liga, que vem criminalizando o socorro aos refugiados em alto mar, e chamando as operações de salvamento de naufrágio de "táxi para a Europa".

No total, 55 mil imigrantes já chegaram às praias europeias em 2018 — nada perto das centenas de milhares empurradas pelas bombas e terroristas pagos por Washington e Riad, com a conivência de Paris. Agora, são principalmente os refugiados da imensa miséria imposta pelo neoliberalismo e neocolonialismo à África. O número é praticamente a metade do total do ano passado, de 111.753.

A Espanha, que superou a Itália como destino preferencial, registrou quase 21 mil imigrantes até agora neste ano, quase mais do que em todo o ano passa-

do. O que em boa parte se refere à orientação do novo governo, que substituiu Rajoy. Madri está cobrando dos demais países "uma solução europeia" para a recepção dos naufragos. Para a Itália foram 18.130 imigrantes chegados pelo mar desde a Líbia neste ano. O restante foi para Grécia, Malta e Chipre.

Nos últimos dois meses, barcos humanitários ficaram dias à deriva em alto mar no Mediterrâneo, aguardando que algum governo europeu se dignasse a cumprir com a lei internacional e dar proteção aos naufragos. O que não vxeu a Itália, a França ou a Malta. O capitão de um navio humanitário alemão foi indiciado em Malta e teve de pagar fiança. Milhares de pessoas foram às ruas na Alemanha em seu apoio. Um barco só pôde aportar na Tunísia quando quase já tinha acabado a provisão de alimentos e os naufragos, há duas semanas aguardando o solução, à beira da fome.

Enquanto a profecia de Muammar Kadhafi — a de que a destruição da Líbia iria empurrar multidões de refugiados à Europa — é confirmada, no velho continente espria-se o chauvinismo e a xenofobia contra os egressos do "quintal africano" ou dos países muçulmanos. A União Européia vem discutindo como deportar em massa e mais rapidamente — ainda mais do que já vem acontecendo. Também quer montar campos de concentração para imigrantes fora de suas fronteiras, de preferência na África.

PAPA FRANCISCO

Como disse o Papa Francisco, se o desenvolvimento não chegar às populações africanas, não haverá como parar esse êxodo dos países mais pobres do planeta até alguns dos mais ricos. A independência, advertiu, foi do subsolo para cima, do subsolo para baixo, as riquezas, não.

A mais recente polémica sobre a imigração atingiu o Asso 28, um barco italiano a serviço de uma petroleira, que socorreu na madrugada de terça-feira (31) a 108 imigrantes no Mediterrâneo e os devolveu — isto é, deportou — a Trípoli, capital da Líbia, violentando a lei internacional e as próprias normas da União Europeia, que ditam que nenhum barco europeu pode desembarcar pessoas na Líbia, deliberação tomada após o escândalo dos campos de escravos e das torturas de refugiados no país devastado pela Otan.

ANTONIO PIMENTA

Corpo de Raynéia Lima, assassinada por paramilitares na Nicarágua chega a Recife na madrugada de sexta-feira

O corpo de Raynéia Gabrielle Lima, estudante brasileira assassinada pelas tropas paramilitares de Daniel Ortega, saiu da Nicarágua na tarde da quinta-feira (2) e chega a Pernambuco na madrugada da sexta-feira (3), segundo anunciado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado.

A brasileira, que cursava seu último ano de medicina na Universidade Americana (UAM), estava transitando por Manágua, capital nicaraguense, quando teve seu carro metralhado. As balas atingiram seu coração, pâncreas e fígado. Seu corpo sairá de Manágua às 14h30, com parada na capital do Panamá, de onde parte às 18h15, sempre no horário de Brasília, com destino ao Brasil. A chegada em Recife está prevista para acontecer às 00h35 da sexta-feira.

Raynéia é uma das mais de 450 pessoas assassinadas pelo regime de traição da Revolução Sandinista levado à frente por Ortega. De acordo com a Associação Nicaraguense Pró-Direitos Humanos (ANPDH) já são mais de 590 desaparecidos e 2,8 mil feridos.

As manifestações exigindo a saída imediata de Daniel Ortega e de sua esposa e vice-presidente, Rosario Murillo, começaram a ganhar corpo em abril, quando o presidente anunciou uma espécie de "reforma da Previdência" e liberou o uso de balas letais para reprimir os protestos. A reforma, feita para atender a recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI), aumentava a taxa de contribuição e diminuía o valor das pensões.

Procuradoria-Geral: ambição desmedida levou Lula ao crime

Nesta página, resumimos as “Contrarrrazões” da Procuradoria Geral da República, Raquel Dodge, contra a tentativa de Lula de usar um “recurso extraordinário” (recurso ao Supremo Tribunal Federal) para rever a sentença que o condenou a 12 anos e um mês de cadeia, por corrupção passiva e lavagem

de dinheiro roubado.

Longe de se ater apenas aos aspectos processuais – a ilegalidade do “recurso extraordinário” e da concessão de suspensão da pena – Raquel Dodge faz uma síntese do caso da propina do triplex de Guarujá, entrando nos aspectos contestados pela defesa de Lula.

C.L.

RAQUEL DODGE

Inicialmente, Luiz Inácio Lula da Silva alega afronta ao artigo 317 do Código Penal, uma vez que foi condenado por receber vantagem indevida consistente em imóvel, mas a sentença e o acórdão [do Tribunal Regional Federal da 4ª Região] reconheceriam que ele nunca teria tido a sua propriedade ou posse, isto é, que o bem nunca teria ingressado em sua esfera patrimonial.

Ora, para “receber” vantagem indevida e, assim, praticar o crime de corrupção passiva previsto no art. 317 do Código Penal, não é necessário que o corrupto tenha, formalmente, a posse ou propriedade do bem.

Na verdade, o que se vê na prática é justamente o contrário: para mascarar a corrupção, a posse ou propriedade do bem dado como vantagem indevida são ocultadas ou dissimuladas mediante a prática de uma série de ardis, não havendo atribuição formal das mesmas ao agente corrompido.

No caso ora sob exame, há material probatório farto nos autos da ação penal, no sentido de que o Grupo OAS concedeu a Luiz Inácio Lula da Silva a posse e propriedade de fato do apartamento 164-A, triplex, no Condomínio Solaris, no Guarujá/RJ, bem como a respectiva reforma para adaptá-lo aos interesses do beneficiário.

Consta dos autos, ainda, que o Grupo OAS custeou a aquisição de mobiliário feito sob medida para o referido imóvel, tudo de acordo com os interesses da família de Luiz Inácio Lula da Silva. Em troca, o ex-presidente manteve em pleno vigor o esquema de corrupção que, por anos, saqueou os cofres da Petrobrás.

PROVAS DOCUMENTAIS

Eis o resumo das provas documentais constantes dos autos, que respaldam a afirmação de que o apartamento triplex foi atribuído ao ex-presidente [resumo extraído da sentença condenatória do TRF-4]:

a) nos próprios documentos de aquisição de direitos sobre a unidade do Residencial Mar Cantábrico, subscritos por Marisa Letícia Lula da Silva, já havia anotações relativas ao apartamento triplex, então 174, como se verifica na ‘Proposta de adesão sujeita à aprovação’ rasurada, com original e vias apreendidas tanto na BANCOOP como na residência do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;

b) entre os documentos de aquisição de direitos sobre a unidade do Residencial Mar Cantábrico, foi apreendido ‘termo de adesão e compromisso de participação’ na residência do ex-Presidente e que, embora não assinado, diz respeito expressamente à unidade 174, a correspondente ao triplex;

c) Luiz Inácio Lula da Silva e Marisa Letícia Lula da Silva pagaram cinquenta de setenta prestações, sendo a última delas paga em 15/09/2009;

d) a BANCOOP transferiu em 27/10/2009 os direitos sobre o Empreendimento Imobiliário Mar Cantábrico à OAS Empreendimentos que o redenominou de Condomínio Solaris;

e) todos os cooperados com direito a unidades determinadas tiveram que optar, no prazo de trinta dias contados de 27/10/2009, por celebrar novos contratos de compromisso de compra e venda com a OAS Empreendimentos ou desistir e solicitar a restituição de dinheiro;

f) Luiz Inácio Lula da Silva e Marisa Letícia Lula da Silva não realizaram na época nenhuma opção, também não retomaram o pagamento das parcelas e, apesar de termos de demissão datados de 2009

e de 2013, afirmam, em ação cível de restituição de valores promovida em 2016, que **só requereram a desistência em 26/11/2015;**

g) A OAS Empreendimentos ou a BANCOOP jamais promoveram qualquer medida para que Luiz Inácio Lula da Silva e Marisa Letícia Lula da Silva realizassem a opção entre formalização da compra ou da desistência, nem tomaram qualquer iniciativa para retomar a cobrança das parcelas pendentes;

h) A OAS Empreendimentos vendeu a terceiro o apartamento 131-A, correspondente ao antigo 141-A, indicado no contrato de aquisição de direitos subscrito por Marisa Letícia Lula da Silva;

i) A OAS Empreendimentos desde 08/10/2009 jamais colocou à venda o apartamento 164-A, triplex, Edifício Salinas, Condomínio Solaris, no Guarujá.

j) documentos internos da OAS Empreendimentos apontam que o apartamento 164-A estava reservado;

k) O Jornal O Globo publicou matéria em 10/03/2010, com atualização em 01/11/2011, ou seja, muito antes do início da investigação ou de qualquer intenção de investigação, na qual já afirmava que o apartamento triplex no Condomínio Solaris pertencia a Luiz Inácio Lula da Silva e a Marisa Letícia Lula da Silva e que a entrega estava atrasada;

l) a OAS Empreendimentos, por determinação do Presidente do Grupo OAS, o acusado José Adelmário Pinheiro Filho, vulgo Léo Pinheiro, realizou reformas expressivas no apartamento 164-A, triplex, durante todo o ano de 2014, com despesas de R\$ 1.104.702,00, e que incluíram a instalação de um elevador privativo para o triplex, instalação de cozinhas e armários, demolição de dormitório, retirada da sauna, ampliação do deck da piscina e colocação de aparelhos eletrodomésticos;

m) a OAS Empreendimentos não fez isso em relação a qualquer outro apartamento no Condomínio Solaris, nem tem por praxe fazê-lo nos seus demais empreendimentos imobiliários;

n) mensagens eletrônicas trocadas entre executivos da OAS relacionam as reformas do apartamento 164-A ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Marisa Letícia Lula da Silva, tendo elas ainda sido feitas na mesma época em que feitas reformas em sítio de Atibaia frequentado pelo ex-Presidente; e

o) depois da prisão cautelar de José Adelmário Pinheiro Filho em 14/11/2014 e da publicação a partir de 07/12/2014 de matérias em jornais sobre o apartamento triplex, Marisa Letícia Lula da Silva formalizou junto à BANCOOP, em 26/11/2015, a desistência de aquisição de unidade no Residencial Mar Cantábrico.

DISSIMULAÇÃO

Após considerar tais provas documentais, em conjunto com as dezenas de depoimentos prestados por testemunhas e colaboradores ao longo da instrução probatória, o Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, no voto (vencedor) que proferiu no julgamento das apelações interpostas nos autos da ação penal, concluiu o seguinte:

“(…) há provas suficientes de que a unidade triplex do Condomínio Solaris estava destinada a Luiz Inácio Lula da Silva como vantagem, apesar de não formalmente transferida porque sobreveio a ‘Operação Lava-Jato’ e a prisão de empreiteiros envolvidos, dentre eles, José Adelmário Pinheiro Filho. De todo o exposto, é possível se concluir:

(a) João Vaccari Neto solicitou a Léo Pinheiro que a OAS assumisse empreendimentos da BANCOOP,



“Não se pode desconsiderar que os crimes de corrupção e lavagem de capitais praticados por Luiz Inácio Lula da Silva, sendo parte de um cenário criminoso maior, têm também uma outra motivação: manter o esquema de cartel e corrupção na Petrobrás funcionando”

pois a cooperativa estava em graves dificuldades financeiras e com as obras paralisadas;

(b) após análise de viabilidade comercial, a OAS decidiu assumir o empreendimento do Guarujá/SP, desde já ciente de que uma das unidades pertenceria ao réu Luiz Inácio Lula da Silva;

(c) foi realizada assembleia de condôminos para ratificação do contrato com a OAS, para a qual foi expedida notificação, nos idos de 2009;

(d) a ex-Primeira Dama firmou contrato originalmente com a BANCOOP, mas não o renovou com a OAS, embora também não tenha formulado em tempo adequado o pedido de rescisão do contrato;

(e) em 2010 foi publicada reportagem, em veículo de comunicação de grande circulação nacional, noticiando que a unidade triplex, já àquela época, pertenceria ao ex-Presidente;

(f) visitas foram realizadas pessoalmente pelo ex-Presidente e sua esposa (fevereiro de 2014), bem como por esta e seu filho Fábio (agosto de 2014), no apartamento no Guarujá/SP. Na primeira ocasião foram discutidas as reformas que a unidade deveria sofrer, sendo que na segunda oportunidade estas foram vistoriadas;

(g) o apartamento triplex foi objeto das reformas previstas, em consonância com projetos apresentados e aprovados pelo apelante Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa, e elas foram efetivamente custeadas pela OAS Empreendimentos, sendo este fato absolutamente fora dos procedimentos usuais da empresa;

(h) das visitas à unidade participaram dirigentes da empresa OAS, empregados desta, empregados de empresas subcontratadas, além dos réus. Tais pessoas, de modo unânime, confirmaram não apenas a ocorrência das visitas, mas a forma como foram agendadas, datas e detalhes da reforma;

(i) o responsável pela Construtora Tallent, encarregada da reforma, confirmou os fatos, embora não soubesse precisar detalhes sobre a titularidade do bem;

(j) ainda que algumas das testemunhas não soubessem certificar a ‘propriedade ou titularidade’ do triplex, tinham conhecimento por terceiros de que o mesmo pertenceria ao ex-Presidente. A ausência de conhecimento pessoal deve ser entendida como decorrente da própria natureza dos fatos, porque não se pretendia dar publicidade. Todavia, testemunhas diretamente envolvidas nos fatos e corréus foram assertivos quanto ao real destinatário do imóvel;

(k) os altos dirigentes da empresa OAS não apenas tinham ciência dos fatos, como os confirmaram em juízo, destacadamente José Adelmário, Agenor, Paulo Gordilho e Roberto Moreira;

(l) os interrogatórios desses réus, corroborados por diversas provas, são unânimes sobre a reserva do apartamento, a realização das reformas e a customização conforme projeto apresentado e aprovado pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa (Marisa Letícia)

por ocasião de apresentação pessoal que José Adelmário e Paulo Gordilho fizeram na residência do casal em São Bernardo do Campo;

(m) as reformas da unidade se concretizaram de modo excepcional e customizado, o que pressupõe que não estavam sendo feitas para o público em geral, mas para pessoa determinada. Isto é, com natureza bastante diferente daqueles chamados apartamentos decorados;

(n) a OAS administrava uma ‘conta de propina’, cujos recursos eram destinados ao Partido dos Trabalhadores, nos moldes do que foi praticado por outras empreiteiras no conhecido ‘clube’, fato este provado nestes autos (evento 847), bem como nas mais de duas dezenas de outros processos cujo mérito já foi julgado por esta 8ª Turma;

(o) há prova material relativa à troca de informações, email e mensagens de celular, corroborando as palavras dos diversos réus, em especial de José Adelmário Pinheiro Filho;

(p) não foi produzida contra-prova que infirme as alegações do réu José Adelmário ou que levem à rejeição da premissa de existência de prova acima de dúvida razoável;

(q) o contexto dos fatos, as provas, as regras de experiência e a lógica não permitem chegar a outra conclusão, salvo a de que o apartamento pertencia ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja titularidade e posse somente não foram transferidas a tempo e modo por força da própria ‘Operação Lava-Jato’ (que se iniciou publicamente em março de 2014) e da prisão de diversos empreiteiros em novembro de 2014, dentre eles, José Adelmário Pinheiro Filho;

(r) João Vaccari Neto orientou Léo Pinheiro sobre o abatimento da conta geral de propinas dos valores da diferença de preço entre a unidade simples e o triplex, o custeio da reforma, a compra de mobiliários e utensílios somente em um segundo encontro. Também seriam abatidos outros custos de empreendimentos do BANCOOP, passivos ocultos que, segundo ele, foram assumidos pela OAS.

(s) o réu Luiz Inácio Lula da Silva, em razão do cargo, atuou diretamente para a manutenção de agentes públicos que tinham por missão manter o esquema de financiamento político com propinas decorrentes de contratos firmados pela Petrobrás com grandes empreiteiras;

(t) o réu Luiz Inácio Lula da Silva, também em razão do cargo, teve para si destinado o imóvel triplex do Guarujá/SP, como pagamento de corrupção, correspondente à diferença de preço entre a unidade originalmente compromissada (apartamento 141) e a unidade final, somado aos custos de personalização (reforma e mobiliário);

(u) dentro desse contexto, deve ainda ser considerado que boa parte dos fatos (diga-se, os mais essenciais, como reformas, compra de utensílios e mobiliário) ocorreu no ano de 2014, no decorrer da ‘Operação Lava-Jato’.

Assim, verifica-se das provas que Luiz Inácio Lula da Silva tinha ciência de que, apesar da aquisição inicial da unidade 141, tinha reservada para si a unidade triplex (164-A, do Edifício Salinas, Condomínio Solaris), sem que tivesse vertido recursos para tal aquisição.

O réu e familiares estiveram nesta unidade solicitando modificações estruturais, adaptações (inclusive a instalação de um elevador), edificações, aparelhamento com móveis e utensílios, reformas estas que não apenas foram feitas, mas foram

posteriormente vistoriadas.

Há prova quanto à apresentação dos projetos de reformas ocorridas no imóvel residencial do apelante, com a aquiescência sobre os projetos, que levaram a efeito as modificações, como confirmaram Léo Pinheiro e Paulo Gordilho em seus depoimentos.

A empreitada foi realizada às expensas da empresa OAS Empreendimentos, sem que tenha havido qualquer pagamento. Ao revés, houve a autorização de lançamento destas despesas, pelo Diretor Financeiro do partido político [PT], na conta corrente de recursos ilícitos originários da Petrobrás.

Este singelo resumo de alguns dos fatos, complementado por tudo aquilo que restou acima dito sobre as provas materiais e testemunhais, permite chegar a uma conclusão segura, acima de dúvida razoável, de que o ex-Presidente agiu dolosamente ao receber vantagem indevida”.

Assim, o fato de o mencionado imóvel ter sido destinado indevidamente a Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de não ter passado formalmente à sua posse ou propriedade, já é suficiente a configurar o “recebimento de vantagem indevida”, nos termos do art. 317 do Código Penal.

Note-se, aliás, que se está diante de situação em que a posse ou propriedade do mencionado imóvel foi dissimulada, o que levou à condenação também pelo crime de lavagem de ativos.

CENÁRIO CRIMINOSO

Luiz Inácio Lula da Silva, valendo-se do seu cargo assim como da sua posição no cenário político nacional, não apenas orquestrou todo o esquema de arrecadação de propinas oriundas da Petrobrás por diversos partidos, como também atuou para que seus efeitos se perpetuassem, nomeando e mantendo em cargos de direção da mencionada empresa estatal pessoas comprometidas com atos de corrupção e que efetivamente se corromperam e se omitiram em seu dever de ofício de impedir o resultado criminoso.

Em troca da comprovada atuação exercida por Luiz Inácio Lula da Silva para permitir o esquema criminoso que vitimou a Petrobrás e beneficiou empreiteiras, inclusive a OAS, foram-lhe concedidas vantagens indevidas – no caso ora examinado, um bem imóvel (em 2009) e a sua reforma (em 2014).

Luiz Inácio Lula da Silva praticou crimes de corrupção passiva e de lavagem de capitais valendo-se do cargo de Presidente da República, chefe maior da nação, ou seja, aquele que deve ter maior retidão na sua conduta e conduzir o país com zelo, eficiência e, acima de tudo, probidade.

Ao usar o cargo para obter vantagem financeira, e, em contrapartida, viabilizar a ocorrência de um dos maiores esquemas de corrupção da história mundial, Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou desprezo pelos ideais republicanos que prometeu cumprir como Chefe de Estado e, com isso, frustrou as expectativas de milhões de brasileiros, que nele depositaram confiança ao elegerem.

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para o mais alto cargo do Executivo Federal com um ferrenho discurso anticorrupção, alardeando sua honestidade e prometendo combate aos dilapidadores dos cofres públicos. Elegeu-se em virtude de sua retórica de probidade e retidão.

Tais fatos elevam sobremaneira o grau de censurabilidade da conduta do recorrente e **devem ser**



punidos à altura.

Ademais, a consciência da ilicitude é inegável, já que Luiz Inácio Lula da Silva se valeu de sofisticados mecanismos financeiros para ocultar a corrupção que praticou e para praticar o crime de lavagem de capitais, em meio à complexa organização criminoso.

Ademais, em face da posição que ocupava e da alta remuneração percebida, o requerente estava numa posição social muito privilegiada dentro da sociedade brasileira. E, ciente de que a propina que recebeu era parte de um esquema de corrupção na Petrobrás, o domínio, ainda que parcial, sobre as consequências prejudiciais à Estatal é evidente.

As circunstâncias em que se desenvolveram os fatos criminosos também são desfavoráveis a Luiz Inácio Lula da Silva. Como dito, os crimes ora examinados foram altamente sofisticados, ocorreram por anos, mediante engenhoso esquema para ocultar a propriedade da vantagem indevida atribuída ao requerente.

Além disso, e o mais importante: apesar de se estar diante, aqui, de um crime de corrupção passiva e de um crime de lavagem de dinheiro, é certo que eles são parte integrante de um cenário criminoso muito maior, a saber, de um nefasto esquema ilícito que vitimou a Petrobrás e outros órgãos da Administração Pública Federal por anos e que alcançou – em grau de sofisticação, em magnitude do dano, em impacto social, em grau de perversão moral – dimensões inéditas na história do mundo.

Foi somente em razão da atuação de Luiz Inácio Lula da Silva, comprometida com seus interesses particulares, que tal esquema ilícito foi capaz de assumir essas proporções.

Ele, conforme exposto à exaustão ao longo da peça, foi responsável diretamente por nomear, para altos cargos da Petrobrás, pessoas sabidamente comprometidas com atividades de corrupção, atuando, ainda, para manter tal situação.

Essas circunstâncias tornam os crimes cometidos pelo ex-presidente de rara gravidade.

É evidente que o motivo dos crimes constituiu a ambição de enriquecimento desmedido e manutenção no poder, comprometendo o correto funcionamento do processo decisório da Petrobrás, bem como interferindo e promovendo o desequilíbrio no sistema econômico e político do país.

No entanto, não se pode desconsiderar que os crimes de corrupção e lavagem de capitais praticados por Luiz Inácio Lula da Silva, sendo parte de um cenário criminoso maior, têm também uma outra motivação: manter o esquema de cartel e corrupção na Petrobrás funcionando.

Assim, os crimes se retroalimentavam, com motivações cíclicas: a corrupção era importante para que o cartel existisse; o cartel era importante para conseguir recursos para pagar a propina.

A danosidade decorrente dos crimes perpetrados por Luiz Inácio Lula da Silva extrapolam os contornos típicos, bem como alarmam sobremaneira a sociedade, irradiando resultados significativos. Trata-se de crimes que contribuíram sobremaneira para o descrédito da sociedade em relação a licitações públicas e ao sistema democrático, ainda mais considerando o envolvimento do dirigente máximo da nação.

Não há como se sustentar que os desvios praticados pelo Presidente da República devam ser tratados, sob o ponto de vista da censurabilidade e consequências que dele decorrem, do mesmo modo que os desvios incorridos por qualquer outro agente público. A responsabilidade e o poder associados à figura do Presidente da República não apenas surgem, mas impõem que eventuais crimes de corrupção por ele praticados sejam punidos com um rigor acima da média.